

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EM  
ARQUIVOS**

**TUDO SE ILUMINA SOB A LUZ DO PASSADO:  
O ARQUIVO PESSOAL DE HEDY FÜLBER  
SCHILLING**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Marilete Osório Nicoli**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2009**

**TUDO SE ILUMINA SOB A LUZ DO PASSADO:  
O ARQUIVO PESSOAL DE HEDY FÜLBER SCHILLING**

**por**

**Marilete Osório Nicoli**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Arquivo da Universidade Aberta do Brasil, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão em Arquivos**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mestre Eneida Izabel Schirmer Richter**

**Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mestre Marlise Maria Giovanaz**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Universidade Aberta do Brasil**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu em Gestão em Arquivos***

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**TUDO SE ILUMINA SOB A LUZ DO PASSADO:  
O ARQUIVO PESSOAL DE HEDY FÜLBER SCHILLING**

elaborada por  
**Marilete Osório Nicoli**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
Especialista em Gestão em Arquivos

**Comissão Examinadora**

**Eneida Izabel Schirmer, Mestre (UFSM)**  
**(Presidente/Orientadora)**

**Marlise Maria Giovanaz, Mestre (UFRGS)**  
**(Co-orientadora)**

**Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)**

São João do Polêsine, 28 de novembro de 2009

*Para Hedy e Lordy, mulheres à frente de seu tempo, que quebraram barreiras mas serão sempre lembradas, antes de tudo, por seu amor e doçura...*

*... e para Letizia, filha, conselheira, assistente e incentivadora, que sempre me motiva a buscar novos desafios, e cuja luz ilumina meu passado, meu presente e meu futuro.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Eneida, por suas consistentes orientações.

À minha co-orientadora, Prof.<sup>a</sup> Marlise, que viveu comigo as emoções de construir este trabalho desde sua concepção inicial.

À Prof.<sup>a</sup> Denise Molon, por seu sempre carinhoso acolhimento.

Ao Prof.<sup>o</sup> Carlos Blaya, que generosamente contribuiu com ótimas sugestões e material sobre fotografias.

A todos os demais professores, que sempre estiveram à disposição para repartir seus conhecimentos.

À minha irmã Marinória, de cuja memória fantástica precisei me valer muitas vezes.

Aos meus familiares, que sempre me apóiam nessas empreitadas intelectuais.

À minha amiga Vanessa, companheira nessa jornada, que não me permitiu desistir, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao pessoal de São Leopoldo, especialmente à Mara do Registro de Imóveis, ao Marcos do Museu Visconde de São Leopoldo, à Josete da Escola Maria Gusmão Britto e a todos outros que, ao saberem do tema do trabalho, compartilharam do meu entusiasmo.

... e a Zack, que sempre manteve as portas abertas.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos  
Universidade Aberta do Brasil  
Universidade Federal de Santa Maria

### **TUDO SE ILUMINA SOB A LUZ DO PASSADO: O ARQUIVO PESSOAL DE HEDY FÜLBER SCHILLING**

AUTORA: MARILETE OSÓRIO NICOLI

ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> ME. ENEIDA IZABEL RICHTER SCHIRMER

CO-ORIENTADORA: ME. MARLISE MARIA GIOVANAZ

Local e data da defesa: São João do Polêsine, 28 de novembro de 2009

O presente trabalho aborda o tema dos arquivos pessoais de pessoas comuns, a partir da organização do acervo de Hedy Fülber Schilling, uma comerciante estabelecida no bairro leopoldense Morro do Espelho desde a década de 1920. Com base nos documentos ali encontrados, procura-se recriar parte da história de uma área de São Leopoldo, reconhecendo as transformações ali ocorridas, do final do século XIX até os dias atuais. Igualmente busca vislumbrar outras aplicações que possam ser desenvolvidas com a utilização de documentos de pequenos acervos pessoais, principalmente fotografias.

Palavras-chave: álbum fotográfico; arquivos pessoais; fotografia; São Leopoldo

## **ABSTRACT**

The present paper analyses the personal archives of ordinary individuals, arising from the organization of Hedy Fülber Schilling's archives. Mrs. Schilling was a trader established in Morro do Espelho, a neighbourhood in the city of São Leopoldo. Based on the documents found, a significant part of local history is recreated, revealing transformations occurred in a certain part of the city, from the end of the 19th century to contemporary days. The goal is also to bring out other applications to be developed using documents from small personal archives, with special attention to photography.

Keywords: photoalbum; personal archives; photography; São Leopoldo

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1– Residência de Hedy Schilling, em São Leopoldo, em foto de ca.1935 .....	30
FIGURA 2 O Salão de Baile do Espelho, em São Leopoldo .....	32
FIGURA 3 - Mapa atual (parcial) de São Leopoldo.....	35
FIGURA 4 - Colégio São José (ca.1937).....	36
FIGURA 5 - A hidráulica velha em foto de ca. 1937.....	37
FIGURA 6 - Contracapa do álbum fotográfico de Hedy Schilling.....	42
FIGURA 7 - Casamento de Telmo Muller, com todos os familiares próximos (ca.1910).....	50
FIGURA 8 - O casal Henrique e Luiza Fülber com os filhos.....	51
FIGURA 9 - A matriarca Catarina Augusta Schilling.....	52
FIGURA 10 - Hedy Schilling em frente à casa da Av. João Correa.....	55
FIGURA 11 – Hedy e filhos.....	66
FIGURA 12 – Hedy e netos.....	66
FIGURA 13 – Hedy e bisnetos.....	66
FIGURA 14 - Hedy em frente à casa.....	67
FIGURA 15 – A filha Lordy.....	67

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Quadro resumo.....	27
QUADRO 2 – Evolução da população de São Leopoldo.....	31

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - A Origem das Famílias.....	50
APÊNDICE B - Cronologia da vida de Hedy Fülber Schilling.....	55
APÊNDICE C - Quadro de Arranjo.....	58
APÊNDICE D - Inventário do Arquivo Hedy Schilling.....	59
APÊNDICE E - Ficha Técnica do Arquivo Hedy Fülber Schilling.....	63
ANEXO A –Bônus de Guerra.....	65
ANEXO B - Fotografias do Arquivo Hedy Schilling.....	66
ANEXO C – Lei Municipal Nº 3.811, de 28/12/1992.....	68

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ARQUIVOS PESSOAIS E FONTES DE PESQUISA.....	14
1.1 Algumas considerações sobre Arquivos pessoais.....	14
1.2 A fotografia.....	19
1.3 Álbuns fotográficos.....	21
2. A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HEDY SCHILLING.....	24
2.1 Classificação, arranjo e descrição.....	24
2.2 Metodologia.....	25
3. ANÁLISE CONTEXTUALIZADA.....	30
3.1 A cidade e o bairro.....	31
3.2 Fotografias e álbum fotográfico do Arquivo Hedy Schilling.....	40
CONCLUSÕES.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, cônica da importância da preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro – aí incluído o patrimônio edificado, tem se mobilizado em defesa da preservação desses acervos. Embora a visibilidade que a mídia recentemente tem dado ao assunto leve a crer que se trate de um interesse recente, já havia no Brasil, por parte do governo getulista, na década de 1930, uma preocupação com a salvaguarda dos bens culturais brasileiros. É de se supor, então, que tal preocupação tenha sido o *leitmotiv* que ensejou a criação, em 1937, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura.

Desde então, a valorização do patrimônio veio evoluindo. Um importante instrumento dessa política é o programa Monumenta, que busca aliar a recuperação e preservação patrimonial com o desenvolvimento econômico e social. Foi criado pelo governo federal em 1997, a partir de uma idéia que desde 1995 já vinha mobilizando o Ministério da Cultura.

O município gaúcho de São Leopoldo, localizado a 31,4 quilômetros de Porto Alegre, tem reconhecida importância histórica no cenário brasileiro, sendo conhecido como “berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul”. Tal como se vem observando em diversos municípios, também naquela cidade há uma preocupação com a memória patrimonial, o que ensejou a aprovação, em 1992, de uma lei municipal que dispõe sobre a preservação de bens móveis e imóveis de domínio público ou privado.

Entretanto, essa legislação chegou tarde para um importante marco arquitetônico leopoldense: um antigo casarão da Avenida João Correa, que marcava uma linha imaginária entre o fim da cidade e o início da periferia, foi demolido em 1991. Hoje, o local abriga edifícios residenciais, uma escola e um centro comercial, e da senhorial casa construída no início do século XX ficaram apenas lembranças na memória dos leopoldenses mais idosos.

A geografia urbana das cidades, de modo geral, se modifica rapidamente quando experimenta um processo de desenvolvimento econômico. Nessa mudança, muitas fontes de informação sobre o patrimônio daquela comunidade são perdidas, e isso dificulta o resgate da memória para as gerações seguintes. A necessidade de resgatar a história de uma localidade, de uma pessoa ou de uma sociedade, geralmente surge quando elas já estão relegadas ao passado, e isso torna difícil encontrar testemunhas daquela época que se quer retratar.

A organização de um arquivo pessoal de uma pessoa comum, mesmo quando tem seu acervo constituído por um pequeno volume de documentos, pode revelar uma grande riqueza de informações. As fotos de família, geralmente voltadas para o registro das pessoas retratadas, muitas vezes têm, como pano de fundo, áreas da cidade que, por fazerem parte do cotidiano da família, nem sempre são lembradas como fonte para reconstrução da memória patrimonial da localidade onde se inserem. A utilização de fotografias e de outros documentos de arquivos de famílias constitui uma fonte potencial para evocação de memórias individuais e sociais. A partir da recuperação dessas informações, pode-se reconstituir a história da paisagem de uma pequena área de uma cidade.

Do pequeno acervo documental acumulado e preservado pela senhora Hedy Fülber Schilling, comerciante e industrial que viveu em São Leopoldo no século passado, ao ser submetido a tratamento técnico, emergiram fotos e documentos que possibilitam retratar certas facetas da sociedade da época, além de permitirem o resgate do desenvolvimento urbano do bairro leopoldense de Morro do Espelho.

Alguns documentos textuais guardados pela titular mesmo após terem servido às funções originais - como escrituras de imóveis que não mais pertenciam a titular - bem como instantâneos fotográficos, foram ali encontrados, e das informações ali contidas tornou-se possível recontar a história da casa que, no decorrer do século XX, testemunhou as mudanças vividas em seu entorno.

Analisando o universo delimitado pelo arquivo pessoal de Hedy Fülber Schilling (AHS), após ser devidamente organizado, o presente trabalho busca avaliar o grau de importância da preservação de arquivos pessoais para a reconstituição da memória e do patrimônio cultural de uma comunidade. Igualmente objetiva identificar a pertinência e as aplicações dos documentos de um arquivo pessoal para o resgate da memória urbana, bem como demonstrar que os acervos pessoais de cidadãos comuns podem ser elementos importantíssimos na reconstrução da memória coletiva.

Partindo da organização proposta para aquele arquivo, surgiram questionamentos que serviram de mote para o desenvolvimento da pesquisa. Pode um arquivo pessoal de uma pessoa comum ser de interesse para a sociedade? Existe uma “sobrevida” para as fotografias pessoais e familiares, fora de seu contexto familiar? Os documentos textuais encontrados no referido arquivo pessoal podem ser considerados como fontes de pesquisa relevantes?

Buscando responder às questões referidas, o presente trabalho estruturou-se em três capítulos temáticos. No primeiro deles, é feita uma revisão bibliográfica sobre arquivos pessoais, fotografias como fonte de pesquisa e álbuns fotográficos.

No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para a organização e o tratamento do arquivo, segundo os procedimentos técnicos adotados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas.

Já o terceiro capítulo busca contextualizar a época de produção dos documentos, bem como sua localização geográfica, trazendo ainda uma breve discussão sobre sua relevância no cenário da pesquisa social, histórica e antropológica.

Com a revitalização da área da cidade de São Leopoldo que era considerada semi-urbana até a segunda metade do século passado, o marco patrimonial representado pelo casarão da Avenida João Correa corre o risco de ser esquecido; entretanto, sua inegável importância como ponto de partida do florescente comércio que hoje grassa no entorno não pode ser menosprezada.

Este trabalho procura aportar uma incipiente contribuição ao tema, esperando servir de embrião para novas pesquisas sobre esse assunto que a tantos vem se afigurando fascinante.

# 1 ARQUIVOS PESSOAIS E FONTES DE PESQUISA

## 1.1 Algumas considerações sobre Arquivos Pessoais

Até o final do século XX relegados a um plano secundário, recentemente os arquivos pessoais passaram a constituir um alvo para o qual têm se voltado muitos pesquisadores, que neles vêem fontes privilegiadas para a reconstrução de um passado – recente ou nem tanto. Com esse interesse, surgem também algumas discussões epistemológicas e metodológicas, embora não se aprofundem no que tange à categoria na qual podem se enquadrar os arquivos pessoais, aqui entendidos como arquivos de família.

Será a partir do século XII, quando surgem os novos conceitos de “Estado”, “Família” e “Indivíduo”, que se começam a construir os arquivos senhoriais, paralelamente aos arquivos reais, já sem o conceito de “arquivo público”, mas sim com o de arquivo de indivíduos, de famílias a par dos arquivos eclesiásticos. (GONÇALVES, 1996, p.6. Apud DUARTE, 2005, p.36).

Houve, desde então, um processo histórico de evolução nos conceitos de arquivos, e essa transformação foi também impressa nos arquivos pessoais. Até meados do século passado, a gestão dos arquivos privados era delegada aos bibliotecários, que tratavam os documentos pessoais segundo as normas consolidadas pela Biblioteconomia. Hoje, é incontestável o abarcamento dos arquivos pessoais pela Arquivologia.

[...] a maioria das coleções naturais de papéis privados são grupos orgânicos no sentido em que foram criados por uma entidade, como uma igreja, um negócio, uma instituição erudita ou coisa parecida, ou por pessoa ou família dedicada a uma determinada atividade. Uma grande coleção de papéis privados produzidos por um indivíduo tem, também, algumas características de um grupo de arquivos, pois o indivíduo que cria uma grande coleção deve executar muitas atividades para criar muitos papéis, e essas atividades, provavelmente, são a base pela qual seus papéis são agrupados e organizados durante a sua vida. (SCHELLENBERG, 2002, p.278)

Bellotto apega-se à idéia tradicional de dividirem-se os arquivos em três grandes categorias: os econômicos, os sociais e os pessoais. Aos últimos, define como “o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc.” (2006, p. 266). Como se vê, sua definição não parece incluir os arquivos familiares em geral, ou seja, os arquivos daquelas famílias comuns, como a grande maioria das famílias o é. E complementa sua conceituação:

Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 266)

Contudo, essa limitação do âmbito dos arquivos pessoais tem sido contestada por outros cientistas, como Armando Malheiros, Philippe Artières e, especialmente, Terry Cook. Ainda que consagrada no Brasil, não é mais possível aceitar os conceitos da arquivística tradicional sem uma reflexão mais aprofundada. A própria idéia de preservação documental – aqui entendida mais como custódia, e não como conjunto de aspectos gerenciais, financeiros e humanos que, aliado às políticas, atividades técnicas e procedimentos envolvidos na preservação, permite prover acondicionamento e guarda adequados dos documentos e das informações neles contidas – e que tem Bellotto como defensora - não parece mais ter a unanimidade que antes lhe era atribuída.

É partindo dessa perspectiva – a do interesse científico, artístico e social de certos documentos de caráter pessoal – que arquivos e centros de documentação do domínio público ou privado devem procurar recolher documentos privados. Devem mesmo empenhar-se junto aos herdeiros dos titulares de arquivos, mostrando-lhes as possibilidades de sigilo e de alienação de certos papéis pela própria família, para que a privacidade seja respeitada. (BELLOTTO, 2006, p. 266)

A Lei Federal nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que aborda a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu Artigo 2º ratifica os preceitos consagrados de arquivos como sendo “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física”.

Já em seu Artigo 11, a mesma Lei esclarece: “Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. E prossegue o texto da Lei:

Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único. Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14. O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Pessoas comuns, portanto, dificilmente têm seus acervos documentais enquadrados nos critérios estabelecidos pela Lei, pois esses não costumam ser associados a fontes de pesquisa relevantes. Lembrados quando seus titulares participam como depoentes para algum programa de história oral, são considerados acessórios à fonte principal – a fonte oral. Entretanto, ao serem estudados sob a ótica de uma pesquisa específica, acabam se revelando como riquíssimas fontes de pesquisa.

Bellotto, em comentário sobre palestra proferida por Ana Maria Camargo, delega ao organizador do arquivo pessoal o encargo de torná-lo fonte importante para a pesquisa:

Se o arquivo é produto do criador dos documentos/informações que o compõem, seja este criador institucional ou pessoal, sua organização e sua disponibilidade ao acesso e à pesquisa depende da fidelidade de seus organizadores aos princípios teóricos ao realizarem os seus procedimentos metodológicos para tanto. (2007, p.6)

Esses arquivos são constituídos por documentação variada, em diversos suportes, com múltiplas procedências, e conservados pelos indivíduos – pessoas naturais – por motivos profissionais, econômicos sociais ou, até mesmo, por necessidades psicológicas.

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência. (ARTIÈRES, 1998, p. )

Duarte chega a um conceito mais aproximado do que se pretende abordar, ao afirmar que “a formação de um arquivo privado se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, em concordância com o seu modo de vida” (2005, p.33). Ainda que muitos dos documentos encontrados nos acervos pessoais sejam documentos públicos – tais como escrituras, certidões de nascimento ou casamento, por exemplo – a acumulação feita pelo titular remete à representação dos vínculos que mantém com a sociedade. E complementa:

O arquivo privado possui funções utilitárias e a sua qualidade está na organicidade. Ele se apresenta como o espelho da vida de seu titular e, [...] permite conhecer a origem, a formação, a competência e/ou a atividade de quem o produziu, cabendo ao profissional da informação recuperar o sentido probatório dos documentos. (DUARTE, 2005, p.41)

Até aqui, abordou-se o tema dos arquivos pessoais cujos produtores, de alguma forma, reuniram e conservaram documentos visando sua preservação após sua morte. Entretanto, o que se observa é que, via de regra, as pessoas comuns costumam guardar papéis que levem a comprovar seus atos civis, sem preocupações com a sua manutenção *post mortem*.

A característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade. É evidente que nem toda atividade cotidiana é espontânea no mesmo nível, assim como tampouco uma mesma atividade apresenta-se como identicamente espontânea em situações diversas, nos diversos estágios de aprendizado. Mas, em todos os casos, a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana. A espontaneidade caracteriza tanto as motivações particulares (e as formas particulares de atividade) quanto às atividades humano-genéricas que nela têm lugar. (HELLER, 1992, p.29 e 30)

Artières (1998) fala em “arquivar a própria vida”, dizendo ser esse um modo de “se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”. Os documentos de uma família – geralmente chamados na intimidade de “papelada” – não costumam despertar maiores atenções quanto à sua guarda e organização, até serem solicitados por algum dos membros para fundamentarem uma pesquisa genealógica. Quando são apresentados os resultados para o clã, aí assoma sua importância, pois a identidade daquele grupo é perpetuada.

Tudo isso mostra o valor cultural dos arquivos de vida nas nossas sociedades. Mas acontece também de o indivíduo ser solicitado, e às vezes submetido a pressões não mais apenas familiares, para arquivar a própria vida. Nesse caso, manter arquivos da própria vida seria considerado uma contribuição ao conhecimento do gênero humano. (op.cit, p. 9).

Há que lembrar-se, aqui, do caso dos arquivos de pessoas não famosas, que acumularam documentos antes por seu valor de prova do que pelo interesse em preservar sua história para além do ambiente doméstico. Ribeiro questiona essa “coleção de si” quando efetuada por pessoas não famosas.

Mas, o que é colecionar a si quando não se é famoso? Aqui entram duas questões. Podemos ter memórias de si, em que a pessoa mesma se relata, embora não sendo famosa. Algumas dessas memórias acabam publicadas e adquirindo destaque, geralmente por sua qualidade literária ou por captarem admiravelmente bem o espírito de uma época passada. Contrastam-se assim, no interior da atividade *memorialística* aquela que seria efetuada pelos já famosos, com o fim, mesmo que não exclusivo, de ampliar sua fama, e a promovida por autores desconhecidos, com outros sentidos e alcance. (RIBEIRO, 1998, p.5 e 6)

Ainda que não existam, entre os arquivistas, dúvidas sobre o conceito de arquivo, outras áreas do conhecimento humano ainda questionam os preceitos seguidos na Arquivologia. Um desses insígnos questionadores é Derrida:

[...] já dispomos de um conceito de arquivo? De um único conceito de arquivo? Que seja um conceito e cuja unidade esteja assegurada? Já estivemos em algum momento assegurados da homogeneidade, da consistência, da relação unívoca de qualquer conceito a um termo ou a uma palavra como “arquivo”? (DERRIDA, 2001,p. 47)

Contudo, é no estudo ontológico feito por Derrida que se chega ao cerne das peculiaridades encontradas nos arquivos pessoais. Ao lembrar que o vocábulo arquivo relaciona-se com o grego *arkhêion*, que o autor explica ser:

[...] inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. [...] Os arcontes foram seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticas. Tinham o poder de *interpretar* os arquivos. (DERRIDA, 2001, p.12 e 13)

Dessa forma, configura-se a relação entre o poder e os arquivos. Ao detentor do arquivo, que tem sob sua tutela as informações ali contidas, a quem cabe organizar a história que dali emana, a ele cabe o poder. Numa desconstrução da idéia de arquivo, Derrida conclui que a técnica de arquivamento utilizada – e não o conteúdo - quando da organização do arquivo é o que determinará o que pode ou deve ser arquivado. Lose, a esse respeito, sintetiza o pensamento de Derrida.

Quem trabalha com arquivo sofre do *mal de arquivo* porque ao classificar, seleccionar, escolher este ou aquele documento para ser visto sob um determinado aspecto, já está impondo o seu ponto de vista, fazendo os seus recortes e as suas censuras (isso visto através da ótica freudiana como sinónimo de *recalque*) de forma pessoal e quase inconsciente. (LOSE, 2004)

Ao levar esse modo de ver os arquivos aos acervos privados, ou aos arquivos pessoais, a autora compara-os a um cemitério, pois que, como tal, também é cheio de movimentação, de memórias e de vidas.

Nele se depositam as marcas, as provas, os restos de toda uma vida. Estes restos, no entanto, não são sobras, são resultados, e não terão o seu sossego eterno garantido, serão visitados e chorados constantemente, louvados e execrados, e, depois de um certo tempo, serão removidos, remexidos pelos coveiros para ocuparem outro lugar, e irem mudando de feição à medida em que o tempo passa e a cada vez que se olha para eles - pois quanto maior o distanciamento em tempo e grau de parentesco (ligação), maior a isenção em relação ao olhar sobre o acervo - até o corpo virar esqueleto, que virará ossada que, por sua vez, virará pó, e as gerações seguintes os verão por outro prisma e os espíritos virarão espectros. (LOSE, 2004)

Mais do que simplesmente polemizar, a “impressão freudiana” de que fala Derrida em sua inquietante consideração sobre o arquivo é extremamente oportuna ao se abordar os arquivos pessoais.

[...] a palavra e a noção de arquivo parecem, numa primeira abordagem, apontar para o passado, remeter aos índices da memória consignada, lembrar a fidelidade da tradição. (...) Ao mesmo tempo, mais que uma coisa do passado, antes dela, o arquivo deveria *por em questão* a chegada do futuro. (DERRIDA, 2001, p. 47 e 48)

A documentação preservada nos arquivos volta a ter vida quando passa a ser objeto de pesquisa, e os objetivos do pesquisador poderão levá-la a variados caminhos, provocando diferentes conclusões e resultados. Lose (2004) refere-se a um “jogo de mostra-não-mostra” dos arquivos, que leva os pesquisadores a se aprofundarem cada vez mais em suas entranhas, provocando-lhes o chamado *mal d'archive*, tema a que se dedicou Derrida (2001). O arquivo pessoal é o “lugar” onde todas essas considerações anteriormente apresentadas mais se fazem evidentes.

Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma «verdadeira»: aí ele se mostraria «de fato», o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. A documentação dos arquivos privados permitiria, finalmente e

de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes, como numa *histoire événementielle*. Homens que têm a sua história de vida, as suas virtudes e defeitos e que os revelam exatamente nesse tipo de material. (GOMES, 1998, p.3)

É essa possibilidade de transformar um amontoado de papéis, fotografias e até mesmo objetos, de meros documentos resultantes das atividades de uma pessoa em sua vida social, fiscal, cultural, etc., em uma verdadeira história de vida, retratando a intimidade e o cotidiano de seu acumulador.

## 1.2 A fotografia

Os nomes dos franceses Joseph Nicéphore Niépce e Louis Daguerre estão indubitavelmente ligados aos primórdios da fotografia, embora a verdadeira participação de cada um no processo ainda hoje sejam motivo de investigações científicas. Embora já fosse estudada desde a época de Aristóteles, foram os franceses que, entre 1826 e 1833, conseguiram gravar em papel as imagens que produziam com a câmara obscura.

Nessa mesma época, o britânico William Fox Talbot também pesquisava meios de imprimir imagens em papéis fotossensíveis, e em 1833 apresentou os resultados de seu trabalho à *Royal Institution* e à *Royal Society*, pois pretendia antecipar-se a Daguerre.

Até mesmo o Brasil aparece nesse cenário de descobertas, pois o francês Hércules Florence, radicado na cidade paulista de Campinas, conseguiu desenvolver negativos fotográficos, e criou a palavra "*Photographie*".

Entretanto, a efetiva popularização da fotografia parece ser obra incontestável do americano George Eastman, em 1888. Com sua invenção de uma máquina portátil, a que chamou de Kodak, a fotografia já não estava mais restrita aos fotógrafos profissionais, surgindo “a atividade fotográfica amadorística”. Lima resgata um anúncio publicitário da *Guilherme Wessel e Companhia*, no *Correio Paulistano* de 15 de janeiro de 1900:

Estabelecimento commercial de todos os artigos, os mais modernos e aperfeiçoados, concernentes à bella arte photographica onde amadores e profissionais poderão comprar por preços muitíssimo baratos, tudo quanto possam precisar para a montagem de um bom gabinete photographico. (...) Aos srs. amadores dão-se explicações e lições práticas da arte photographica (...) (1998, p.66)

Sabe-se que pelo menos desde 1910 já havia câmeras Kodak no Brasil, embora o primeiro escritório da empresa em solo brasileiro tenha sido instalado em 11 de outubro de 1920, no Rio de Janeiro, cabendo-lhe comercializar chapas, filmes e papéis fotográficos importados. Apenas em 1933 foi aberta uma loja em Porto Alegre, onde eram comercializados

materiais e equipamentos para fotógrafos amadores e profissionais, além de contar com um laboratório para revelação de fotos em preto e branco.

A fotografia amadora é sem dúvida um processo envolvendo várias instâncias da sociedade, e em constante mutação. Envolve o investimento das maiores empresas de tecnologia do mundo, mas seus fenômenos mais importantes se circunscrevem às relações de amor e prazer. (NAME, s/d )

Às fotografias elaboradas para reproduzir seres ou objetos em movimento denominava-se “instantâneos”. Logo essa expressão foi estendida para “aquele tipo de fotografia amadora - ou profissional que se utilizava desse estilo despojado - que registrava cenas da vida cotidiana de forma despreziosa, informal e sem grande elaboração técnica”. (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS, 2005)

As fotografias preservadas são, indiscutivelmente, fontes importantíssimas de informação. Ensina Kossoy que a própria fotografia tem sua história, já que primeiramente houve uma *intenção* para sua concretização. Essa materialização seria seu segundo estágio, à qual se seguiria sua trajetória, ou terceiro estágio, constituído por:

[...] os caminhos percorridos por essa fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. (KOSSOY, 1989, p.29)

Da mesma forma, multiplicam-se as leituras de uma fotografia a cada nova leitura.

A fotografia será observada pelas pessoas de uma maneira muito particular (com seus próprios olhos), mas, de um modo ou de outro, cada vez que se vê uma fotografia produz-se uma nova representação. Na fotografia, a vida psíquica está presente, representada. (SILVA, 2008, p. 110)

Segundo o autor, uma confirmação dessa afirmativa pode ser obtida pela observação da atitude de pessoas quando são apanhadas de surpresa pelas lentes de uma câmera fotográfica e quando posam para uma fotografia. Essa pose é uma forma de preparar sua imagem para futuro, naquilo que Silva chama de “um ato de visão postergada”. (2008, p.110)

A imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena. A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos. (KOSSOY, 1989, p. 22)

A respeito do interesse que pode haver para a sociedade a preservação de fotografias encontradas em arquivos pessoais, fora do contexto pessoal e familiar, Rosa apresenta um questionamento:

Trata-se de saber se, depois de cumprida a sua função no contexto da vida pessoal e familiar, podem estas fotografias ter outras funções (outras vidas); ou seja, saber que interesse terão estas imagens – na sua maioria realizadas em contextos

privados, dificilmente reconstituíveis por terceiros – «fora de casa», para além de um mero «voyeurismo». (ROSA, 2008, p.52)

Além de interesses artísticos ou estéticos que eventualmente algumas dessas fotografias possam apresentar, há o conhecimento histórico que se pode auferir de sua leitura, atribuindo-se a elas o status de documentos visuais de um passado que, não fosse pela materialização visual obtida pelas imagens ali perpetuadas, não seria possível ver; igualmente podem despertar interesse como objetos de estudos sociológicos ou antropológicos.

Se é reservado “ao historiador, sujeito de um outro tempo e agente de um novo sentido, o desafio de aperfeiçoar sua capacidade em decifrar pistas, compreender indícios e avaliar sinais” (MAUAD, 1998), as fotografias familiares serão um excelente campo para pesquisa.

As fotografias são mundos de relações silenciosas, densas, congeladas no tempo mínimo do obturador. Mundos de seres calados e imóveis que devem ser decifrados a partir do contexto onde se encontram, na história de sua relação com os demais seres, tanto pessoas, quanto objetos. É o conhecimento dessas relações ocultas, expressões complexas do mundo da cultura que permitem aproximarmo-nos das fotografias além do prazer estético, da sua imediaticidade encantadora. É este o caminho tortuoso da fotografia como fonte histórica. (CIAVATTA, 2003, p. 10)

Uma inusitada proposta que Rosa apresenta para proporcionar uma sobrevida a essas fotos familiares é de caráter educativo.

A partir de um interessante projeto interativo sobre fotografias de família, denominado *Collected Visions*<sup>1</sup>, da autoria da artista norte-americana Lorie Novak, parece ser possível dizer que as imagens dos outros nos ajudam a compreender melhor as nossas próprias fotografias. As nossas imagens podem, portanto, ter pelo menos três formas de interesse fora do seu contexto de produção: estético, teórico ou educativo. (ROSA, 2008, p.53)

Trata-se, de certa forma, de utilização da fotografia como fonte de pesquisa, mas não como usualmente é feito. Investigações associadas aos campos da antropologia, arqueologia, paleografia, lingüística e direito, entre outros, têm sido realizadas utilizando documentos de arquivo, incluindo documentação visual. Com a proposta do projeto *Collected Visions*, o campo das artes também pode vir a utilizar documentos de arquivos pessoais, trazendo uma nova visão às velhas fotografias de família.

### 1.3 Álbuns fotográficos

---

<sup>1</sup> Essa instalação usa fotos de famílias, selecionadas dos arquivos pessoais de mais de 350 pessoas, com o objetivo de questionar como fotografias moldam nossas memórias. As imagens selecionadas retratam a vida doméstica, ritos familiares, férias, etc., e explora seu papel contemporâneo na nossa vida cotidiana. (Disponível em <http://cvisions.nyu.edu/novak/cv.html>, acesso em 10/03/2009).

O álbum fotográfico propicia uma forma diferente de leitura, uma vez que já houve uma seleção e um ordenamento feitos pela titular do arquivo – ou sob sua orientação e/ou supervisão.

O álbum é um livro que possui começo e fim. Embora não se trate de inícios e fins rigidamente definidos, estes existem, em alguns casos mais que outros. [...] O álbum tem seus caprichos nas formas de mostrar ou esquecer, mas há algo inevitável: ele possui uma ordem, em que uma foto se encadeia à outra (...) (SILVA, 2008, p.31 e 32)

Desta forma, há outras possibilidades de interpretação das fotos ali colocadas, que certamente foram escolhidas por alguma razão importante para a pessoa a quem cabia sua organização. “O álbum de família é, sem dúvida, arquivo. E o é porque guarda imagens (não apenas fotos) e as classifica de maneira singular, e talvez única”. (SILVA, 2008, p. 45) E a tarefa de organizar a memória da família cabe, geralmente, à mulher.

Os álbuns de fotografias são, em geral, montados e contados pelas mulheres da casa. (...) A mulher é, pois, a responsável por preencher a memória visual. É um de seus ofícios do lar ou afetivos, uma vez que não encontramos, sequer em lares em que a mãe trabalha ou pertence a alguns setor intelectual ou social, exceções que nos permitam pensar que essa forte tradição é rompida. (SILVA, 2008, p. 132)

Os chamados álbuns de família, usuais nas primeiras décadas do século XX, reforçam o significado da fotografia como forma de retratar a coesão social do grupo familiar, possibilitando a transmissão e manutenção de sua memória.

A imagem fotográfica atua como ponto de partida da memória sintetizando o sentimento de pertencimento à família, a um grupo, a determinado passado. Neste sentido, as fotografias são como monumentos que traduzem valores, idéias, tradições e comportamentos que contribuem para a identidade do grupo familiar e orientam formas de ser e de agir, de construir projetos de futuro. A fotografia atua como elemento de legitimação da memória familiar e da história que se constrói sobre o grupo. (MESQUITA E SILVA, 2004, p.14)

O álbum de família apresenta, como qualidade essencial, uma condição narrativa, pois as fotos nele dispostas, ou seja, ali guardadas e classificadas, possibilitam que seja contada uma história. São aspectos de temporalidade e espacialidade ali representados que, associados ao sujeito (a família ou os amigos), permitirão que os momentos retratados possibilitem várias leituras, ao longo dos tempos.

Ao selecionar as fotos que irão compor o álbum, seu organizador estará compondo cenas da vida familiar, seja com fotografias de membros – familiares ou amigos - do clã, mas também de paisagens, objetos, animais. “A função do álbum não seria mostrar nada novo, a não ser em casos excepcionais, mas conservar o que já foi visto, anunciado muitas vezes até se tornar o rito de um ato reiterado”. (SILVA, 2008, p.37).

Baseada em Halbwachs, Barros afirma:

(...) transmitir uma história, sobretudo a história familiar, é transmitir uma mensagem, referida, ao mesmo tempo, à individualidade da memória afetiva de cada família e à memória da sociedade mais ampla, expressando a importância e permanência do valor da instituição familiar. (1989, p.33)

Portanto, a leitura de um álbum fotográfico solicita um olhar mais atento do pesquisador, que assim poderá usufruir da idéia originalmente atribuída àquela forma de recordação.

## 2 A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HEDY SCHILLING

### 2.1 Classificação, arranjo e descrição

Inicialmente, é necessário rever alguns conceitos consolidados da arquivística para, posteriormente, aplica-los a um pequeno arquivo de família.

“A classificação é o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas”. É com essa afirmação que Ducrot (1998, p.151) inicia sua abordagem, bem mais atual e sem veleidades de apropriação e guarda, sobre a classificação dos arquivos pessoais e familiares.

A conceituação de classificação documental, tarefa primordial na gestão, é objeto de análise por parte de Sousa (2006), que tece considerações sobre as origens dessa etapa da organização de arquivos, até chegar a vinte e sete definições de classificação. Em comum, todas apontam para o aspecto de operação intelectual, embora não se aprofundem nos aspectos oriundos da Filosofia e da Teoria da Classificação.

A teoria do conceito, que estabelece as várias relações possíveis entre os conceitos, é desconhecida pela teoria arquivística. [ . . . ] Isso demonstra, de certa forma, a falta de comunicação da Arquivística com outras áreas do conhecimento, que podem contribuir para o desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico próprio da disciplina, levando em consideração as especificidades do objeto de estudo. (SOUSA, 2006, p.137)

Entretanto, para evitar maiores digressões sobre o tema, aqui será utilizado o conceito registrado no Dicionário de Terminologia Arquivística para Classificação: “Seqüência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo”. (1996, p. 16).

O tratamento a ser dispensado a um acervo de documentos pessoais, por ocasião da fase de arranjo, não difere daqueles usualmente encontrados em arquivos públicos ou institucionais. Os princípios arquivísticos da proveniência, ou *respect des fonds*, e o da organicidade, que se fazem necessários nessa fase, têm sido objeto de estudo de teóricos da Arquivologia. Com pequenas diferenças entre as conceituações de cada autor, podem-se coligir essas visões dos princípios como sendo a recomendação de que os arquivos provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral, sejam mantidos agrupados, sem os misturar com outros, e mantendo a ordem primitiva que apresentem. (COUTURE e ROUSSEAU, 1998, p.67).

Quando se vai dispensar um tratamento técnico ao conjunto documental de um arquivo pessoal, esses princípios estão, via de regra, previamente atendidos. A esse respeito, assevera Duarte:

O arquivo privado possui funções utilitárias e a sua qualidade está na organicidade. Ele se apresenta como o espelho da vida de seu titular e, como já dissemos, permite conhecer a origem, a formação, a competência e/ou a atividade de quem o produziu, cabendo ao profissional da informação recuperar o sentido probatório dos documentos. (2005, p. 41)

De posse de todas essas premissas, passou-se a dispensar um tratamento técnico ao Arquivo Hedy Schilling. Os procedimentos básicos realizados estão a seguir descritos; no entanto, como as instruções para a manutenção da documentação estão sendo transmitidas à família detentora da guarda do acervo, alguns pequenos ajustes ainda poderão ser efetuados, visando melhor atender suas necessidades.

## **2.2 Metodologia**

A organização do arquivo pessoal de Hedy Schilling foi efetuada a partir dos preceitos recomendados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas. Ainda que alguns procedimentos adotados por aquela instituição não se mostrem adequados a um pequeno acervo pessoal que ficará sob custódia da família da titular, os formulários criados tiveram por base aquelas orientações.

Os procedimentos iniciais adotados, quando do recebimento do acervo de Hedy Schilling, consistiram no exame sumário, identificando o volume, o conteúdo, o gênero e o estado de conservação dos documentos que o compunham. Concomitantemente, foram aplicadas medidas imediatas de conservação, mediante limpeza mecânica, retirada de objetos metálicos, adesivos, etc.

O tratamento arquivístico teve, então, seu início. A organização de um arquivo pessoal, especialmente se tratar-se de uma pessoa comum, reveste-se de uma certa inquietação. Derrida discorre sobre esse conflito comparando-o com:

“[...] o desejo de um historiador admirável que quer ser, em resumo, o primeiro arquivista, o primeiro a descobrir o arquivo, o arqueólogo e, talvez, o arconte do arquivo. O primeiro arquivista institui o arquivo como deve ser, isto é, não apenas exibindo o documento, mas estabelecendo-o. Ele o lê, interpreta e classifica.” (2001, p.73)

Impressão similar é manifestada por Camargo e Goulart, que afirmam:

“O arquivista opera numa espécie de circuito fechado, preocupado (o que não é pouco) com a identificação do nexa entre o documento e a atividade por ele viabilizada ou comprovada. Seu objeto de pesquisa, a instrumentalidade, tem por corolário a manutenção dos dispositivos que possam garantir, ao longo do tempo, o

sentido unívoco desse nexa e a capacidade especular dos documentos em relação ao órgão de origem” (20007, p.50)

Tal como se procede em arquivos institucionais ou empresariais, faz-se necessária a compreensão do contexto em que o produtor do acervo viveu, bem como estabelecer suas relações sociais, familiares e, eventualmente, de trabalho. A titular do arquivo objeto deste trabalho descende de famílias luteranas com origens na Alemanha, que imigraram para o Brasil a partir de 1824. (APÊNDICE A)

Com um levantamento sumário de dados relativos ao acervo, pode-se diagnosticar que, como já era esperado, ele está composto por diferentes materiais, tais como documentos pessoais, correspondência, recortes de jornal, fotografias, entre muitos outros.

Um breve estudo preliminar sobre a titular do arquivo, complementada com depoimentos informais prestados voluntariamente por familiares, permite uma contextualização da produção documental preservada no acervo. Essa cronologia da vida da titular (APÊNDICE B), uma espécie de “linha do tempo”, resultou no relacionamento e compreensão das atividades exercidas em diferentes épocas da vida de Hedy Schilling.

Buscando-se alcançar um nível de segurança que preservasse o aspecto físico dos documentos e de seu conteúdo informacional, aliado a um grau de simplicidade que os tornasse de fácil compreensão e funcionalidade, passou-se à etapa seguinte, de elaboração do quadro de arranjo. A definição do arranjo que melhor se adequasse à organização do acervo foi baseada na necessidade de facilitar sua manutenção pela família, que manterá a custódia do acervo.

O quadro de arranjo foi estabelecido a partir da determinação de séries, num total de sete, seguindo a ordem com que era mantido pela titular. Algumas séries foram subdividas para uma melhor organização, e outras foram criadas quando do tratamento técnico, como a série Complementares, por exemplo. Houve a necessidade de serem estabelecidas séries por espécie, como a série Documentos Pessoais e a série Correspondência, e outras temáticas, como Imposto de Renda, Patrimônio e Diversos. O quadro a seguir apresenta um resumo dessas séries, já com os códigos que lhes foram atribuídos.

<b>CÓDIGO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>QUANT.</b>
HS/PAT	PATRIMÔNIO	19
HS/DOP	DOCUMENTOS PESSOAIS	05
HS/DPT	DOCUMENTOS PESSOAIS DE TERCEIROS	08
HS/IRF	IMPOSTO DE RENDA	15
HS/SAL	SAÚDE	26
HS/DIV	DIVERSOS	15
HS/COR	CORRESPONDÊNCIA	100
HS/FOT	FOTOGRAFIAS	423

Quadro 1– Quadro resumo

Tanto série *Documentos Pessoais (DOP)* como a série *Documentos Pessoais de Terceiros* foram ordenadas por nome do detentor do documento, em ordem cronológica, reunindo carteiras, cartões de identificação, títulos de eleitor, etc. Dentre eles, chama a atenção para a “carteira de conductor de automóvel”, emitida em 1934, onde constava até mesmo a marca do veículo no qual foi realizado o exame.

A série *Correspondência (COR)* foi organizada em ordem alfabética pelo último sobrenome. Abrange a correspondência pessoal de Hedy, além da de terceiros e de familiares. Dentro desse conjunto há cartas, cartões postais, cartões de felicitações e convites.

Na série *Diversos (DIV)*, encontra-se material de natureza variada: além de folhetos, caderno de anotações, cartões de visita e convites, há documentos não muito usuais, tais como Bônus de Guerra (ANEXO A) e Escritura de Licença para Comerciar, que consistia numa autorização formal do marido para que a esposa pudesse estabelecer-se com comércio.

A série *Documentos Complementares (DOC)* reúne documentação póstuma, como atestados de óbito e comprovantes de despesas com hospitalização e funerais da titular.

*Imposto de renda (IRF)* é a série que agrupa cópias de declarações de imposto de renda entregues à Receita Federal pela titular do arquivo, e contém vários documentos comprobatórios de despesas e receitas que serviram de base para o cumprimento das obrigações com o fisco. Embora tenham perdido o valor original – de prova – foram preservados pelas peculiares informações que contém. É interessante notar que abrangem o período de 1968 a 1987 e foram cuidadosamente mantidos pela titular, organizados em envelopes referentes a cada ano.

Na série *Saúde (SAU)* encontram-se receitas médicas, exames laboratoriais e recibos de pagamentos feitos a médicos, clínicas e hospitais. Os documentos estavam arrançados pela titular, classificados por data e agrupados por evento.

A série *Patrimônio (PAT)* refere-se aos documentos relativos a bens imóveis e veículos de propriedade de Hedy Schilling, que demonstram o zelo de que era alvo a casa de moradia da família: foram preservadas pela titular escrituras de compra e venda, bem como das hipotecas e quitações de hipoteca que recaíram sobre o imóvel.

Por fim, a série *Fotografias (FOT)* está composta pelas inúmeras fotografias, negativos fotográficos e álbum de fotografias que a titular amealhou em sua existência. Foi dividida em oito sub-séries: Família; Filhos; Grupos (Família/Amigos); Negativos; Paisagem Urbana; Passeios; Postais; Retratos.

Foi proposto, então, o Quadro de Arranjo que pode ser visto no APÊNDICE C. Também procedeu-se à criação do inventário analítico (APÊNDICE D), que busca proporcionar uma visão geral do acervo e a pronta localização dos documentos. Além disso, é esperado que seu exame desperte interesse em levar-se a cabo novas pesquisas, pois sua grande variedade tipológica – ainda que em volume reduzido – reveste-se de maior nexo quando apresentada nesse instrumento de pesquisa.

Quanto à série Fotografias, essa será oportunamente objeto de inventário detalhado, com descrição individualizada de cada foto, com a instituição de banco de dados em que estarão contemplados os seguintes dados:

- Número da pasta
- Número do envelope
- Número da foto
- Subssérie
- Data
- Descrição da foto
- Fotógrafo
- Cromia
- Estado de conservação
- Dimensões
- Local

O pequeno volume documental permitiu que cada série fosse acondicionada em pastas do tipo *polionda*, e os documentos muito fragilizados receberam uma capa individual, confeccionada com papel neutro, com identificação externa do conteúdo. Assim, o inventário menciona o número da pasta e, quando ali se encontram envelopes ou pastas individuais, essas também estão indicadas no instrumento.

Embora a titular tenha falecido em 1992, ainda existe a possibilidade de que novos documentos venham a ser acrescentados ao acervo, pois a divulgação da organização de seu arquivo, entre os familiares, tem propiciado o interesse daqueles em doar documentos e objetos da titular.

Espera-se que, a partir da divulgação da disponibilidade de consulta ao acervo, novos documentos sejam agregados ao arquivo, por doações de pessoas que possam ter, em seu poder, documentos relativos à trajetória de vida de Hedy F.Schilling. Embora possa parecer, inicialmente, um acervo modesto, a peculiaridade de alguns itens possibilita uma melhor compreensão da história do cotidiano numa cidade do interior do Brasil.

### 3. ANÁLISE CONTEXTUALIZADA

Dos documentos encontrados no Arquivo Hedy F. Schilling, a série a que se denominou Patrimônio chama a atenção por sua integridade e por haver sido objeto de guarda e preservação cuidadosa por parte da titular do arquivo. Escrituras referentes a diversas transações tendo por objeto a casa da família (Figura 1) ali ficaram criteriosamente armazenadas, em pasta denominada *Casarão*. O registro mais antigo ali preservado é o de aquisição do imóvel, em 1925, e o último é referente à sua venda, acompanhado de projeto para construção de edifício residencial em seu terreno.



Figura 1 – Residência de Hedy Schilling, em São Leopoldo, em foto de ca.1935  
Fonte: AHS

O período abrangido, superior a sessenta anos, acompanhou uma época importante na vida urbana de São Leopoldo, e as transformações sofridas naquele espaço de tempo podem ser comprovadas pelas informações contidas nos documentos emitidos pelo Registro de Imóveis. Já as fotografias que fazem parte do acervo permitem a visualização dessas alterações urbanas.

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa, desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade e encontrar por muito tempo ainda, em torno de si, muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. (HALBWACHS, 1990, p.85)

Sabe-se que tem havido um crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, e é nos arquivos pessoais que têm sido buscadas as informações necessárias para o desenvolvimento dessas pesquisas. Entretanto, outras possibilidades de pesquisa se afiguram como factíveis no âmbito dos arquivos pessoais, e aqui se buscou dar uma pequena amostra de como se pode concretizar tal empreitada.

### 3.1 A cidade e o bairro

São Leopoldo desenvolveu-se a partir de um vilarejo povoado por açorianos, onde fora instalado um estabelecimento agrícola do governo para produção de cordas, conhecido como Real Feitoria do Linho Cânhamo. Devido a más administrações, o empreendimento foi desativado em 31 de março de 1824, e para lá foram encaminhados os primeiros imigrantes alemães que haviam aportado em julho do mesmo ano, dentro do processo iniciado por Dom Pedro II para rechaçar as frequentes invasões territoriais por parte do Vice-Reinado do Prata. Esse núcleo inicial ficou conhecido como "Colônia Alemã de São Leopoldo", estendendo-se por mais de mil quilômetros quadrados<sup>2</sup>. Em 1825, a população local já era de 1000 habitantes (Quadro 1), e novas levas de imigrantes alemães continuaram a chegar nos anos subsequentes. Em 1º de abril de 1846, a Lei Provincial nº. 4 criava a Vila de São Leopoldo, a partir do desmembramento de seu território do município de Porto Alegre. (IBGE, 1982, p.1).

<b>Ano</b>	<b>Habitantes</b>
1825	1.000
1830	5.000
1855	12.000
1900	29.950
1918	43.500
1920	47.501
1940	52.049
1950	75.601
1960	63.441
1970	64.443
2000	200.000

Quadro 2 – Evolução da população de São Leopoldo  
Fonte: NICOLI, 2008, p.64

---

<sup>2</sup> Sucessivas emancipações de outros municípios reduziram a área de São Leopoldo aos atuais 102,313 quilômetros quadrados.

Esses primeiros imigrantes tinham profissões variadas, em seus locais de origens. Assim, não apenas agricultores, mas também artesãos contribuíram para que São Leopoldo logo ocupasse uma posição importante no Estado, destacando-se como “centro administrativo, jurídico, político, cultural e religioso”. (IBGE, 1982, p.1).

Gertz aponta que São Leopoldo sediava instâncias eclesiásticas importantes e de variadas confissões, o que a caracterizava como uma “sociedade historicamente plural dos pontos de vista étnico e religioso”. Também aponta outro aspecto singular da cidade:

a segunda peculiaridade de São Leopoldo – em contraste com praticamente todo o restante do Brasil – está no fato de que a colonização alemã deu origem a uma sociedade *sui generis*, que, mesmo sem evitar o surgimento de desigualdades sociais, não apresentou, historicamente, as enormes assimetrias e polarizações que caracterizaram a sociedade brasileira em geral (2006, p.56).

Um dos bairros mais antigos de São Leopoldo, o *Spiegelberg* ou Morro do Espelho, nasceu oficialmente em 28 de janeiro de 1899, quando o Intendente Epifânio Fogaça assinou o Ato nº 3, com a Resolução:

Fica aprovada a planta apresentada pelo cidadão Frederico G. Rieth e outros, pela qual dividiram uma parte da colônia denominada “Spiegelberg”, de sua propriedade, em quatorze quadras e respectivas ruas, em prolongamento desta cidade, tendo as referidas ruas os nomes seguintes: Ruas Desembargador Borges de Medeiros, Dr. Julio de Castilhos, Senador Pinheiro Machado, Desembargador Antunes Ribas, Coronel Thomaz Flores, Senador Ramiro Barcellos, Major Epifânio Fogaça, Felipe Matte e rua Spiegelberg. (Livro Registro de Leis e Atos nº 2, página 93, apud MOEHLECKE, 1998, p.29)

A origem do singular nome é atribuída a um salão de baile que existia no alto do Morro e que ostentava um grande espelho. O estabelecimento era denominado “Salão de Baile do Espelho” (Figura 2) e acabou virando um ponto de referência na cidade, passando os moradores a se referir àquela parte da cidade como o “morro do espelho”. (DROSTE, 2008, p.9)



Figura 2 – O Salão de Baile do Espelho, em São Leopoldo.  
Fonte: EGGERS, 2008, p.88.

Destinado originalmente a ser uma área residencial para alemães e descendentes de alemães, o bairro passou a abrigar, a partir de 4 de outubro de 1929, o Seminário Evangélico do Sínodo Riograndense, e mais tarde, em 1937, o Ginásio Sinodal, ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana. (DROSTE, 2008, p.10). Além do Seminário, foram ali construídas casas para os professores e outros membros da comunidade.

É fácil entender que os descendentes de alemães ainda estivessem muito ligados a suas origens étnicas e, por esse motivo, quisessem permanecer residindo em áreas destinadas a eles: “En cualquier grupo, sus miembros se relacionan más entre ellos que con los miembros de otros grupos; esto lo consiguen gracias a compartir reglas y códigos. Algunos grupos dependen de los lugares, otros son menos dependientes”<sup>3</sup>. (RAPOPORT, 1977, p. 244) Além disso, conforme o autor, os critérios de definição do que é um bairro também são de ordem física e social:

Para definir un barrio, se usan a la vez criterios físicos y criterios sociales, con la influencia, ya indicada, de la preferencia y de la selección del hábitat, ya que gente análoga escoge áreas similares, reforzando el carácter social y físico de las mismas<sup>4</sup>. (op.cit, p.155)

Em 1942, em Relatório enviado ao Interventor Federal, General Cordeiro de Farias, o prefeito municipal de São Leopoldo, Teodomiro Porto da Fonseca, detalhava aspectos físicos e sociais da cidade. Sobre o bairro, explicava:

A cidade foi dividida em diversas zonas residenciais. Uma, a mais importante, por ser destinada à preferência de famílias de mais recursos, tem como centro o Morro do Espelho. Tem o seu início na rua Lindolfo Collor; compreende o prolongamento para Sul das antigas ruas da cidade, limita com o centro cívico, atravessa a linha férrea, espalha-se pelo Morro do Espelho, envolvendo o Bairro Acadêmico, e se estende um pouco para Leste da estrada Fazenda Tereza. Pela sua topografia acidentada, é o mais interessante da cidade, principalmente para o fim a que foi destinado. (MOEHLECKE, 1998, p. 101 a 102)

As alterações pelas quais vai passando a cidade são uma forma de análise da evolução urbana, como explicita Silva:

(...) os códigos de posturas moldaram a paisagem das vilas com seus rocios, áreas não-edificáveis, determinação de feiras e mercados, o uso das fontes, etc. Contemporaneamente, os projetos de (re)urbanização e zoneamento, com as reservas de áreas socialmente determinadas, bem como as áreas de proteção ambiental e de conservação do patrimônio histórico, acabam por configurar um perfil urbano. No século XIX e início do século XX, a presença de um forte

---

<sup>3</sup> Em qualquer grupo, seus membros se relacionam mais entre eles do que com os membros de outros grupos; isso eles conseguem graças a compartilhar regras e códigos. Alguns grupos dependem dos lugares, outros são menos dependentes. (tradução da autora)

<sup>4</sup> Para definir um bairro, se usam, por sua vez, critérios físicos e critérios sociais, com a influência, já indicada, da preferência e da seleção do habitat, já que pessoas análogas escolhem áreas similares reforçando o caráter social e físico das mesmas. (tradução da autora)

proletariado urbano obrigou as autoridades a tomar decisões sobre o reordenamento do espaço urbano – desde a abertura de imensas linhas de circulação, até a reserva de áreas residenciais. (SILVA, 1997, p.216)

Sabe-se que os imigrantes escolhem, para se estabelecer, áreas urbanas que guardem algumas semelhanças com seus lugares de origem, ou que possibilitem transformações que os tornem mais parecidos com suas origens. “Mas, em qualquer caso, se o sistema é conhecido, pode decidir-se, a um golpe de vista, onde está situada uma paisagem e porque tem tal ou qual aspecto” (LOWENTAL, 1968 apud RAPOPORT, 1978, p. 35). Isso explica a formação demográfica do bairro.

Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função própria; logo, a transformação de um destes elementos é suficiente para fixar o limite do bairro. (ROSSI, 1977, p.83)

No limite extremo do bairro (Figura 3), no que se considerava na época o limite entre o rural e a urbana, foi construída a casa de Ignácio Schilling e sua família, com uma área destinada a um armazém de secos e molhados e, nos fundos da propriedade, um matadouro de porcos. A localidade, antes da criação do bairro Spiegelberg, era conhecida como Barro Vermelho e a rua onde se assentava era designada apenas como a “estrada geral da Lomba Grande”. Mais tarde, passou a ser chamada de Rua do Barro Vermelho; posteriormente, de Rua da Entrada, depois Ramiro Barcelos e, finalmente, Avenida João Correa (CARDOSO, 2007, p.113).

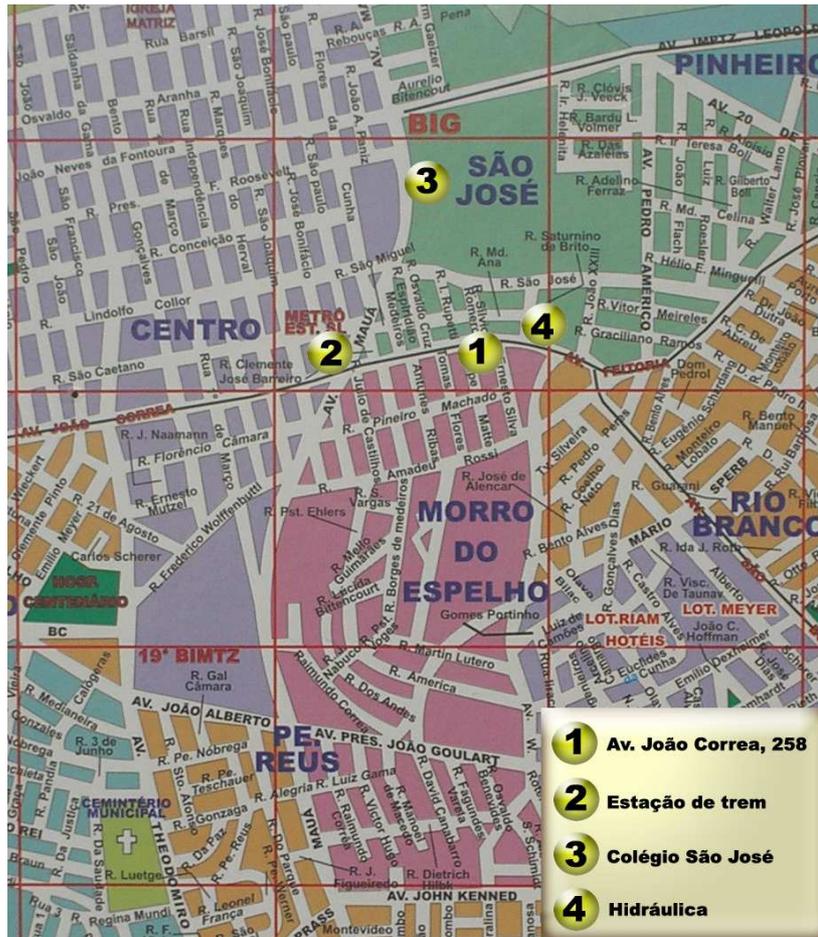


Figura 3 – Mapa atual (parcial) de São Leopoldo  
 Fonte: arquivo pessoal

Já havia, então, uma preocupação com a urbanização local. O primeiro Código de Posturas de São Leopoldo, elaborado em 1897, previa em seu artigo primeiro:

As casas terão a altura nunca menor que quatro metros e vinte centímetros de pé direito, sendo sobrado a mesma altura do pavimento térreo, e nos seguintes somente três metros e sessenta centímetros. Parágrafo primeiro: as portas e janelas devem abrir para dentro do edifício, e terão pelo menos de altura dois metros e trinta centímetros, e um metro e vinte centímetros de vão, com dois degraus pelo menos acima do solo da terra, podendo dar maior largura à porta principal do edifício ou portão da cocheira, guardando sempre a simetria. (MOEHLECKE, 1998, p.120 e 121)

Nos limites do bairro Morro do Espelho com a Zona Industrial passava a linha do trem que ligava Porto Alegre a Caxias do Sul. A estação de *São Leopoldo* foi inaugurada em 1874, e funcionava como ponto final da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul, a *The Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway*. Um relato de 1907 descreve o prédio da estação como "um edifício de madeira, sobre alicerces de alvenaria, em forma de chalé com a área de 21,70 x 7,10 metros, dando frente para o logradouro público, do qual tem acesso por uma porta". (GIESBRECHT, s/d)

As imediações da estação de trem foi a região escolhida pelas freiras franciscanas, em 1923, para ali instalarem o Colégio São José (FIGURA 4), uma instituição de ensino voltada exclusivamente para a educação feminina. Esse tipo de estabelecimento era ainda desconhecido no Brasil, e foi fundado em 5 de abril de 1872 pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã. Localizada inicialmente às margens do Rio dos Sinos, num prédio posteriormente utilizado pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), a escola passou a ocupar o prédio que abrigava o Sanatório Santa Elisabeth, que por sua vez, mudou-se para uma edificação próxima. Entre o Colégio São José e o casarão da Avenida João Correa havia apenas campo e um pequeno bosque.



Figura 4 – A filha da titular em frente ao Colégio São José (ca.1937)

Fonte: AHS

O bairro Morro do Espelho, onde por muito tempo pouco havia além das residências das famílias alemãs, da estação de trem, do colégio e do casarão, começou a mudar suas feições. Em 11 de junho de 1938, foi construída e instalada uma Usina de Emergência, movida a motores Diesel. Até hoje conhecida pelos leopoldenses como Hidráulica Municipal (FIGURA 5), localiza-se na Avenida João Corrêa nº. 125, ocupando um terreno com a área total de 6.950 m<sup>2</sup> e 2.309 m<sup>2</sup> de área construída. A partir de 1964, foi sendo gradativamente desativada e hoje pertence à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. (SOARES, 2008)



FIGURA 5 - a hidráulica velha em foto de ca. 1937  
Fonte: AHS

A municipalidade de São Leopoldo pretendia, desde 1941, utilizar a Avenida João Correa como forma de escoamento das águas da chuva, mediante a canalização do Arroio dos Curtumes, que corria pelo centro urbano. Também seria uma importante via de comunicação da cidade:

[...] canalizando todo o movimento provindo da estação da Viação Férrea à Praça Mauá, do Morro do Espelho e Bairro Rio Branco, bem como das regiões de Feitoria Velha, Lomba Grande e município de Taquara, para as vias de longo trânsito que são a faixa de cimento e a rodovia Getúlio Vargas. ( Relatório de 1942, p.95 e 96).

Em 13 de outubro de 1911, Ignácio Luiz Schilling adquiriu um grande lote de terras no Morro do Espelho, como consta no Livro 3-A, fls. 150, nº. 2383 do Registro de Imóveis de São Leopoldo. As terras foram adquiridas da Intendência Municipal e de Carlos Gassmann e sua mulher, por 1:666\$660rs (um conto, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta réis).

FREGUEZIA DO IMÓVEL: Nossa Senhora da Conceição. DENOMINAÇÃO OU RUA DO IMÓVEL: Spiegelberg. CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICOS DO IMÓVEL: Diversos terrenos, com a área superficial de cinco mil quatrocentos e noventa e oito metros e oitenta e cinco decímetros quadrados: confrontando pela frente, ao Norte, com a estrada geral de esta cidade segue para Lomba Grande e com terreno da Intendência Municipal; pelo fundo, ao Sul, com a rua Senador Pinheiro Machado, ao Leste, com uma rua projetada e terrenos da Sociedade Atiradores e ao Oeste, com terreno da Intendência Municipal e com a rua Felipe Matte.

Alguns desses terrenos serviram de base à construção da casa erigida entre 1911 e 1925, à qual foram agregados um armazém e um matadouro de porcos. Outras edificações foram construídas no lote, localizadas mais no “coração” do bairro, servindo de residência a

outros filhos de Ignácio Schilling. O matadouro, entretanto, deveria situar-se na “periferia dos aglomerados e à distância mínima das casas de habitação fixada pelos regulamentos; fora das zonas previstas nos planos de urbanização como residências; na proximidade de vias de comunicação principais” (SEBBEN, 2008, p.24).

A produção de banha de origem animal, principal produto resultante dos matadouros, teve seu início com a chegada dos imigrantes alemães, tendo alcançado um nível de relevância econômica no estado. Em 1911, as exportações de banha no Rio Grande do Sul respondiam por 9,6% do total das exportações e, em 1927, já equivaliam a 19,7% desses totais. (PESAVENTO, 1983, p. 72).

[...] os “industriais da banha”, enquanto parcela burguesa, pertencem às “classes dominantes” do estado, sem serem, contudo, hegemônicos na sociedade civil. Todavia, na medida em que representam um setor da sociedade responsável por uma parcela da acumulação de capital, tendem a ampliar sua participação no processo político em curso, legitimando, pelo consenso, a hegemonia do grupo dirigente. (PESAVENTO, 1983, p.69)

Não obstante a importância econômica dos matadouros em uma comunidade, e a situação financeira alcançada pelos chamados “industriais da banha”, presume-se que sua aceitação pela sociedade local não unânime.

Apesar dos benefícios econômico-financeiros que um abatedouro pode aportar à comunidade, sua presença costuma ser acompanhada por uma dose de rejeição, muitas vezes decorrente de toques de preconceito. A própria denominação de “matadouro”, que remete a aspectos negativos das atividades que ali são desenvolvidas (matar, matança, etc.), foi quase que totalmente abandonada na época da Segunda Guerra Mundial, sendo priorizada a expressão “abatedouro”. Também foi bastante utilizada a palavra “frigorífico”, mais condizente com as técnicas de conservação de carne que então passavam a ser largamente usadas. (SEBBEN, 2008, p.24)

O encerramento das atividades do matadouro de Schilling, em 1937, numa época de florescência econômica do setor, certamente foi resultado unicamente dos problemas familiares que atingiram a família, levando à dissolução da empresa. As propriedades amealhadas pela família Schilling, relacionadas no formal de partilha emitido após a morte de Ignácio, em 1917, foram todas originadas das atividades comerciais e industriais às quais a família se dedicou.

Em 1925, o filho João Ignácio adquiriu, dos irmãos e da mãe, os quinhões da casa e suas benfeitorias, para dedicar-se aos negócios de matadouro e armazém sem a participação dos irmãos. A escritura de compra e venda, lavrada em 20 de agosto de 1925, registrada no Ofício do Registro de Imóveis sob nº. 3-D, fls. 161, nº. 6.546, assim discriminava o imóvel:

FREGUEZIA DO IMÓVEL: Nossa Senhora da Conceição. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO DO IMÓVEL: “Barro Vermelho”. CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL: Os quinhões em uma casa que serve para moradia e negócio, tendo na frente três janelas e duas portas, com um portão ao

lado, suas dependências, galpões, mais benfeitorias e o respectivo terreno com 1.244,60m<sup>2</sup>, confrontando pela frente, ao Norte, com a estrada geral, que desta cidade segue para Lomba Grande, pelo fundo, ao Sul, com terreno de D. Catharina Augusta Schilling, ao Leste, com uma rua projetada e ao Oeste, com terreno da Intendência Municipal. NOME DO ADQUIRENTE: João Ignácio Luiz Schilling. VALOR DO CONTRATO: Quinze contos de réis (15:000\$000).

A propriedade, recém adquirida, fazia menção a uma casa térrea, com três janelas e duas portas. Logo foi reformada a moradia, com a adição de um piso superior com cinco quartos e sacada, além do acréscimo de dois banheiros no piso térreo. Em sua teoria sobre os fatores socioculturais e a forma da casa, formulada em 1969 e ainda não contestada, Rapoport parte da idéia de que a forma de uma casa resulta de uma série de fatores sócio-culturais:

El marco físico ofrece las posibilidades entre las cuales se hacen elecciones a través de tabús, costumbres y caminos tradicionales de una cultura. Aun cuando las posibilidades físicas son numerosas, las elecciones reales pueden estar gravemente limitadas por la matriz cultural; esta limitación puede ser el aspecto más típico de las viviendas y asentamientos de una cultura.<sup>5</sup> (1969, p.66)

Isso explica a estupefação de parentes e vizinhos, conforme relatos de familiares, ao tomarem conhecimento de que haviam sido construídos banheiros internos na casa, numa época em que os preceitos de higiene vigentes naquele contexto social faziam com que as unidades sanitárias fossem assentadas fora do corpo principal da moradia.

Já em fevereiro de 1939, por motivo de averbação e registro do desquite dos proprietários, fazia-se referência ao imóvel como localizado na Rua Senador Ramiro Barcelos, antiga estrada geral de Lomba Grande, e também à adição do piso superior.

“Uma casa de moradia e negócio com três portas e duas janelas na frente e uma sacada e duas janelas no sótão, com suas dependências, benfeitorias e respectivo terreno que tem mil duzentos e quarenta e quatro metros quadrados (1.244m<sup>2</sup>), confrontando pela frente ao Norte com a Rua Senador Ramiro Barcelos, antiga estrada geral de Lomba Grande, fundos ao Sul, com propriedade de Catharina Augusta Schilling, ao Leste com uma rua Transversal projetada e ao Oeste com a Rua Felipe Matte.”

O desquite do casal João e Hedy Schilling, em 1939, provocou profundas alterações na família – mais econômicas que de outra ordem. São Leopoldo era considerada uma cidade bastante moderna, com costumes mais liberais do que os vigentes em outras cidades, especialmente as de cultura predominantemente portuguesa. Em uma análise sobre a cidade, Gertz relata aspectos comportamentais dos leopoldenses, ao discorrer sobre o prefeito João Corrêa Ferreira da Silva, eleito em agosto de 1924:

---

<sup>5</sup> O marco físico oferece possibilidades entre as quais se fazem escolhas através de tabus, costumes e caminhos tradicionais de uma cultura. Ainda quando as possibilidades físicas são numerosas, as escolhas reais podem estar gravemente limitadas pela matriz cultural; esta limitação pode ser o aspecto mais típico das moradias e assentamentos de uma cultura. (livre tradução da Autora)

Pouco ortodoxo em termos de vida particular, Corrêa possuía uma família (legítima) com a católica Luíza Burmeister e outra (extraconjugal) com a luterana Bertha Hoffmann, mas para uma sociedade pluralista, moderna e tolerante como era a São Leopoldo da época, esses aspectos não tiveram grandes conseqüências negativas. A segunda esposa exerceu sem qualquer constrangimento o papel de primeira-dama durante seu governo, pois a maioria da população avaliava a administração exclusivamente pelo clima de progresso que conseguiu imprimir ao município, clima simbolizado, entre outros feitos, pela instalação da hidráulica municipal e pelo grandioso projeto de construção da Usina da Toca (GERTZ, 2006, p.66).

Esse padrão comportamental da sociedade local permitiu a absorção do desquite como fato “normal”, enquanto o fechamento do comércio de secos e molhados e do abatedouro provocou maiores reações de pesar e protestos. Esse fato corrobora a idéia de que o julgamento dos indivíduos, pela comunidade, se dava muito mais por sua participação no desenvolvimento econômico da cidade do que por seu comportamento na vida privada, tal como ocorrera com o prefeito Correa,

A Avenida João Correa, no Plano de Remodelação e Expansão da Cidade, de 1941, ocupava um posto destacado, pois era considerada a segunda avenida mais importante, além de só perder em extensão para a Avenida Getulio Vargas (hoje integrada à BR-116).

Da praça triangular onde nascia a Avenida João Correa – e onde hoje se localiza a Galeria Shopping – partiam duas importantes estradas para a cidade: a Estrada da Feitoria e a Estrada da Fazenda São Borja (hoje Avenida Mauá). Já se planejava, em 1941, ali construir a zona industrial de São Leopoldo, como de fato hoje o é. (MOEHLECKE, 1998, p.184 a 188)

Na década de 1990, começaram as grandes reformulações no perfil da Avenida João Correa, que adotou um aspecto de zona de comércio destinado às classes média e alta. Isso é facilmente comprovável pela existência de dois importantes centros de comércio (shoppings) localizados a menos de 300 metros de distância um do outro.

Um edifício histórico pode ser entendido como um fato urbano primário; ele resulta desligado da sua função originária, ou apresenta no tempo várias funções, no sentido do uso a que é destinado, mas contudo não modifica sua qualidade de fato urbano gerador de uma forma da cidade.(ROSSI, 1977, p. 111)

O casarão, construído para servir de moradia e comércio, estava adaptado a essas transformações espaciais do final do século XX:

### **3.2 Fotografias e álbum fotográfico no Arquivo Hedy Schilling**

Conjetura-se sobre as razões pelas quais as fotografias familiares são tiradas e guardadas. Para Rosa, essas motivações parecem claras:

Tiramos e guardamos fotografias porque à instabilidade da vida opomos os nossos desejos de segurança e estabilidade. Não que acreditemos piamente neles, ou que acreditemos que estes objetos nos tranquilizam porque prolongam efetivamente a vida. Dão conforto, dão prazer. (2008, p.52)

O pequeno acervo encontrado no Arquivo Hedy Schilling, se por um lado aparenta uma dimensão tão reduzida que não parece aportar muitas informações, por outro lado aponta inúmeras possibilidades de resgatar uma área do bairro Morro do Espelho, que sofreu profundas alterações no decorrer do século XX. Das séries apresentadas, foi selecionada aquela denominada Patrimônio que, conjuntamente com as fotos do acervo fotográfico, sob o assunto Casarão, representam uma promissora possibilidade de visualização do local naquele período.

A história de cada indivíduo na cidade é a história das situações que ele enfrentou em seus territórios, e é a ação desse sujeito nesses espaços que faz de um episódio banal uma situação, para ele, de reinvenção de suas tradições. (ROCHA & ECKERT, 2005, p.30)

Há 31 fotos em que aparecem a casa, o pátio ou os arredores da residência. Nessas fotografias, ainda que o casarão não fosse o seu assunto principal, a partir da identificação aproximada da data em que foram feitas, permitem acompanhar as alterações sofridas pelo imóvel.

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado: ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, o vestuário, a pose e as aparências elaboradas dos personagens estão ali congelados na escala habitual do original fotográfico; informações multidisciplinares nele gravadas (...) apenas aguardam sua competente interpretação. (KOSSOY, 1989, p.69)

Outro aspecto que foi considerado, na análise das fotos, é o entorno, ou paisagem. O rápido e constante processo de urbanização verificado ao longo da Avenida João Correia pode ser, ainda que apenas em um pequeno trecho, constatado nas fotografias e também nos registros oficiais encontrados nos documentos emitidos pelo Registro de Imóveis.

Conforme Kossoy, “a fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele”. (1989, p. 72). Já Roland Barthes afirma que “a fotografia fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi”. (1984. p.127). Utilizando-a como fonte documental, podem-se resgatar informações do passado.

Se é possível dizer que a fotografia restaura a relação mais primitiva – a identidade parcial da imagem e do objeto – o que é certo é que os poderes da imagem são agora sentidos de um modo muito diferente. A noção primitiva da eficácia das imagens presume que as imagens possuem as qualidades das coisas reais, mas agora tendemos a atribuir às coisas reais as qualidades de uma imagem. (SONTAG apud BORGES, 2005, p. 78)

O álbum encontrado no Arquivo Hedy Schilling mede 17,5 centímetros de altura por 25 centímetros de largura, com capa dura, e apresenta um acabamento simples, ainda que atraente. Está muito bem conservado, sendo composto por 20 páginas, nas quais estão colocadas 140 fotos, afixadas por cantoneiras. Na primeira contracapa (FIGURA 6), encontra-se dedicatória manuscrita, datada de 27 de outubro de 1937, em que os filhos oferecem o álbum como presente de aniversário a Hedy Schilling. Com esse gesto, de certa forma estavam atribuindo-lhe o status de responsável pela guarda da memória familiar..



Figura 6 – Contracapa do álbum fotográfico  
Fonte: AHS

Além das fotos que estão já dispostas nas folhas do álbum, há outras fotografias soltas, que aparentemente ali seriam colocadas de forma definitiva. Constata-se, também, que há fotografias que foram retiradas ou caíram. As fotografias, em sua grande maioria, são de familiares – em diversas situações e locais, como veraneios na praia, piqueniques, visitas, viagens de avião, entre outras. Há alguns retratos, quase todos com dedicatória no verso, e vários apresentam marca do estúdio fotográfico Germano Stumpf, de São Leopoldo.

Dentre as fotos apostas no álbum de fotografias do Arquivo Hedy Schilling são encontradas fotos de paisagens, ou de locais sem presença humana. Possamai analisou esse tipo de ocorrências a partir de um estudo de caso.

As vistas urbanas e sua circulação dentro dos álbuns contribuíram, ainda, para o “processo de auto-representação da sociedade burguesa fazendo com que a fotografia passasse a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário social”. Através das imagens fotográficas tomava forma o ideal de cidade moderna a ser percebido, visualmente, pelo espaço urbano remodelado, pelas altas edificações e por novas práticas mundanas, tais como, a presença das pessoas nas ruas, nos cafés, nos cinemas e nas livrarias. (2008, p. 68)

A enchente de 1941 aparece documentada por meio de diversas fotografias, apesar de que a família morava na parte alta da cidade (Morro do Espelho). Também a Hidráulica Municipal de São Leopoldo, construída nas adjacências da casa da família em 1937, aparece em destaque em várias fotos, ou simplesmente como pano de fundo.

Um álbum familiar representa o sistema de vida em uma época determinada e permite a leitura de um tipo de representação do mundo dos autores, onde se articulam a subjetividade dos indivíduos representados e os modelos sociais (Jonas, 1996, p. 105). Mais do que isso, vemos que a fotografia é uma produção social, orientada pelo olhar do fotógrafo e pelos fins a que se destina. (CIAVATTA, 2003, p.15)

Contudo, percebe-se que as fotografias em que aparece o pequeno grupo familiar, bem como os encontros com o restante da família, que foram dispostas no álbum, ali o foram colocadas por apresentarem momentos importantes da família.

Não são, entretanto, apenas nessas fotos de grupo que os modelos de família são captados. Outras imagens têm também este dom sintético, conseguem nos levar para além daquilo que a imagem oferece. Assim são as casas, representação mais contundente do espaço familiar. O caráter quase sagrado do emblema familiar se apresenta de outras maneiras e através de outras imagens que, escolhidas em cada família, sintetizam o mesmo valor. Quadros, jarros, camas, mesas e armários acompanham os personagens principais da cena fotográfica. Mas não são meros ornamentos a construir um ambiente. Nem são, como as pilastras nos antigos retratos, apoio para descanso das pessoas obrigadas a posar, imóveis, durante longos minutos. Estes objetos pertencem à história de cada família como parte integrante dela. (BARROS, 1989, p. 41)

Se, como diz Kossoy (1989, p.78), as imagens que vemos em fotografias são apenas “fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural.”, cabe não apenas ao pesquisador, mas a todos que lhes dirigem um olhar interessado, a capacidade de reconstruir essa vida passada. Essa possibilidade é aqui oferecida mediante um apanhado das fotografias mais significativas encontradas no Arquivo Hedy Schilling, reproduzidas no ANEXO B. Tal como anteriormente visto na breve digressão sobre álbuns fotográficos, espera-se que a seleção faça sentido e que possibilite uma releitura daqueles registros, adaptada ao contexto do presente trabalho.

Quanto ao “casarão da João Correa”, objeto e cenário de tantas fotografias, caiu por terra em 1991, apenas um ano antes da aprovação da Lei Municipal Nº 3.811 (ANEXO C), criada para preservar o Patrimônio Cultural do Município de São Leopoldo. Hoje, em seu lugar, ergue-se a moderna e bem equipada Escola Municipal Maria Gusmão Brito.

## CONCLUSÕES

Ao iniciar-se o presente trabalho, o questionamento feito referia-se à importância que poderia ser atribuída a um arquivo pessoal de pessoa comum e qual o grau de interesse que poderia ter para a sociedade. Da mesma forma, pensava-se na possibilidade de haver uma “sobrevida” para as fotografias pessoais e familiares, fora de seu contexto familiar. Da resposta a essas questões seria possível estabelecer a relevância dos documentos ali contidos como fontes de pesquisa.

A cada acervo pessoal com que se defronta o arquivista, cabe-lhe a tomada de uma série de decisões práticas que, embasadas em consagradas teorias arquivísticas, permitirão um adequado tratamento documental. A freqüente ausência de maiores detalhes e informações sobre alguns documentos – e muitas vezes até mesmo sobre objetos encontrados nos acervos – é um inconveniente com que muitas vezes tem de lidar o encarregado da organização de um arquivo pessoal. Assim, pela singularidade de muitos documentos, resulta um tratamento individualizado a cada arquivo, pois somente essa atitude permitirá extrair sua verdadeira essência e dar-lhe sentido.

No caso do Arquivo Hedy Fülber Schilling, antes de mais nada, era necessário ter-se presente o fato de que o acervo continuaria de posse da família, a quem caberia liberá-lo e disponibilizá-lo para pesquisa. Fazia-se mister, portanto, que todo o tratamento técnico dispensado fosse de fácil assimilação pelos responsáveis por sua guarda.

Quanto à comprovação de sua importância como fonte de pesquisa, tem-se o caso dos documentos agrupados na série Patrimônio, onde diversos documentos relacionados à casa localizada na avenida João Correa, conhecida como “Casarão da João Correa” permitem recontar parte das modificações urbanas sofridas naquela área da cidade de São Leopoldo. A documentação, cuidadosamente preservada pela titular, mesmo após ter servido às funções para as quais foi originalmente concebida, demonstra que, além de simplesmente a residência da família, o casarão era abrigo, fonte de renda e segurança, e local de guarda de muitas lembranças.

Mais do que simples representações do relacionamento da titular com instituições públicas e privadas, o que o olhar mais atento vê são recortes de sua vida doméstica, familiar, suas lembranças e relações com aqueles que com ela privaram.

De um inicialmente obscuro conjunto de documentos de uma pessoa comum, à medida que o tratamento técnico ia sendo aplicado, emergia a menina que andava muitos quilômetros,

a cada manhã, para ir ao colégio, e que gostava de ler e era repreendida pelos pais por gastar velas para iluminar a leitura. Aparecia a mocinha de cabelos escuros e lisos, pele branquíssima e olhos azuis muito claros, que gostava de dançar e freqüentava *kerbs* em Lomba Grande. Surgia a mulher batalhadora que quebrou barreiras para sustentar os filhos quando, em atitude inédita na época, ousou desquitar-se e tomar a frente do comércio da família. Conhecia-se a avó que se repartia entre o trabalho à frente de sua fábrica de calçados e o cuidado carinhoso que despendia aos netos. Por fim, assomava a doce bisavó que, já sem necessidade de trabalhar, manteve-se incansável até o fim de sua vida, fazendo o que melhor sabia: acolher e dar amor à sua família.

Mais do que organizar e disponibilizar arquivos pessoais para pesquisa, mais além de tratamentos técnicos, é a possibilidade de se reencontrar a história de vida de pessoas comuns que se ali se descortina o que deslumbra e fascina, quando ao arquivista é dado o dom de tudo iluminar sob a luz do passado.

## REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.9-34.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Memória e família**. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/45.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2008

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico**. Comentários à palestra “Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC”, proferida pela Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. Disponível em <http://www.ifhc.org.br/Upload/conteudo/Heloisa%20L.%20Bellotto.pdf> . Acesso em: 01 mar. 2009

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. 2.ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Lei n.8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 22 dez.1999.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 1ª ed. São Paulo: AAB-SP, 1996.

CAMARGO, Ana Maria e GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007

CARDOSO, Sonia Weber. **São Leopoldo antigo: a cidade brasileira de colonização alemã**. Porto Alegre: Suliani Letras e Vida, 2007.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CIAVATTA, Márcia. **Educando o trabalhador da grande “família da fábrica”**: A fotografia como fonte histórica. Mesa redonda Imagem e Pesquisa em Ciências Sociais, II Seminário Internacional “AS REDES DE CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA: imagem e cidadania”. UERJ / CEH / Faculdade de Educação / PROPEd/ ANPEd / GT Currículo.Rio de Janeiro, 2003. (disponível em <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/convmc.pdf>, acesso em 06 mar. 2009)

COUTURE, Carol e ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. In Mana vol.10 n.2. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003), acesso em: 05 fev. 2009.

DEL PRIORI, Mary. **História do cotidiano e da vida privada**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria de metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

DREHER, Martin Norberto. **Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo: Subsídios para o estudo da história dos primórdios da imigração alemã na Colônia Alemã de São Leopoldo, Rio Grande do Sul**. CD-ROM. São Leopoldo, 2000.

DROSTE, Rolf. **O Morro do Espelho: um pouco da sua história e missão**. In: HOCH, Lothar Carlos, STRÖHER, Marga Janete e WACHHOLZ, Wilhelm. **Estações da Formação Teológica: 60 anos de história da EST**. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

DUARTE, Zeny e FARIAS, Lúcio. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico**. Salvador: ICI, 2005.

DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares**. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.151-168

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS. 2005. Disponível em [http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_IC/index.cfm?fuseaction=termos\\_texto&cd\\_verbete=3866](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=3866), acesso em: 11mar. 2009.

GERTZ, René E. **A Câmara de vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937**. In A História da Câmara e a Câmara na História. São Leopoldo: Oikos, 2006.

GOMES, Angela Gomes. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados**. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/235.pdf>, acesso em: 01 mar. 2009)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IBGE - SÃO LEOPOLDO - RIO GRANDE DO SUL. **Monografia - nº 619, Ano – 1982**. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saoleopoldo.pdf>, acesso em: 15 mai. 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Atica, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Barrio y vida de barrio. De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.

LIMA, Solange Ferraz de. **O circuito social da fotografia: estudo de caso – II**. In FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1998.

LOSE, Alícia Duhá. **Arquivo: a morada da censura**. In Inventário Revista dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA. Artigo - Número 02 - Abril de 2004. Disponível em <http://www.inventario.ufba.br/02/02alose.htm>, acesso em 02/03/2009.

MAUAD, Ana Maria. **Imagens de passagem: Fotografia e os ritos da vida católica da elite brasileira, 1850-1950**. Trabalho apresentado na mesa-redonda: Religião, Imagem e Representação – VIII encontro regional da ANPUH. 1998. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Ana%20Maria%20Mauad.doc>, acesso em: 05 fev. 2009.

MESQUITA, Zilá e SILVA, Valéria Pereira. **Lugar e imagem: desvelando significados**. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.34, 2004/2. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/389.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2009

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo: Obras e iniciativas públicas**. São Leopoldo: [s.n.], 1998.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia Alemã: imagens do passado**. São Leopoldo: EST, 1981.

NAME, José Otavio Lobo. **A fotografia amadora como processo de criação**. Disponível em <http://www.joname.xpg.com.br/processo.htm>, acesso em: 10 mar. 2009.

NICOLI, Letizia Osório. **Amadeo Rossi, o cavaleiro inexistente**. Monografia. (Especialização em História, Cultura e Região) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia e cidade**. In *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 65-75, jan.-jun. 2008. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/viewFile/1497/1337>, acesso em: 05 fev. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. **Relatório de 1942**. São Leopoldo: Rottermund & Co., 1942.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

\_\_\_\_\_ **Vivienda y cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1969.

RIBEIRO, Renato Janine. **Memórias de si, ou...** In: Revista Estudos Históricos. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, nº 21, ano 1998/1. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/235.pdf>. Acesso em 01 mar. 2009

ROCHA, Ana Lucia C. e ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ROSA, João Carvalho Ribeiro Trinité. **Porque tiramos fotografias?** Dissertação de mestrado em Teoria da Literatura. Universidade De Lisboa, Faculdade de Letras, Programa em Teoria da Literatura, 2008

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Lisboa: Cosmos, 1966

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_ **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. São Paulo: FGV, 1980.

SILVA, Armando. **Álbum de família: a imagem de nós mesmos**. São Paulo: Edições Senac, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História das Paisagens**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria de metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOARES, Roberto Severo. DTML - Divisão de Manutenção de São Leopoldo da CGTEE - Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mariletenicoli@yahoo.it> em 29 dez. 2008.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. **Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito**. In Arquivística.net, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em <http://www.arquivistica.net>, acesso em 22 nov. 2008

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, RS: Editora Universitária, 2004.

## APÊNDICE A - A Origem das Familias

### Os Müller



Figura 7 – Casamento de Telmo Muller, com todos os familiares próximos (ca.1910)  
Fonte: AHS

Georg Peter Müller nasceu em Tiefenbach, Simmern, Hunsrück, em 25/01/1779. Ferreiro de profissão, era casado com Maria Elisabeth Engelmann, com quem teve os filhos Johan Peter e Heinrich Peter. Após o falecimento de Georg, em 07/12/1811, Maria Elisabeth casou com Jacob Klein, nascido em Nabolentart, Trier. (25/07/1783-01/08/1869). O novo casal veio para o Brasil acompanhado dos dois filhos de Maria Elisabeth, chegando a São Leopoldo em 16/12/1827.

Johann Peter (também chamado apenas Peter) nasceu em 29/05/1805, em Tiefenbach, Hunsrück, de profissão tecelão de linho. Casou em Dois Irmãos com Ana Katharina Scherer, nascida em Sargenroth, altern-Simmern, em 10/01/1813. Tiveram dois filhos: Peter, em 24/10/1832, e Ana, em 19/07/1834. Mãe e filha morreram no parto.

Peter casou, então, com a cunhada Maria Katharina Scherer (09/01/1819-20/08/1883), com quem teve mais oito filhos: Jacob, Mathias, Anna Margaretha, Nicolaus, Friederich, Leonhard, Catharina e Karl.

Jacob, o filho mais velho do segundo casamento, nasceu em 24/02/1836 e casou com Margaretha Elisabetha Katharina Engelman (06/09/1843-25/11/1930), mudando-se para a Lomba Grande. O casal teve onze filhos: Margaretha, Frederico, Leonardo, Wilhelmine, Guilherme, Balduino, Elisabetha, Julio, Carolina, Catharina e Luiza.

Luiza, nascida em Lomba Grande, em 03/02/1873, casou em 06/07/1891 com Heinrich (Henrique) Fülber. (MÜLLER, 1981, p. 91 a 94)

## Os Fülber



Figura 8 – O casal Henrique e Luiza Fülber (em pé) com os filhos Hilda, Alfredo e Hedy (da esquerda para a direita), em foto de ca. 1920.

Fonte: AHS

Em 26 de março de 1846, chegava a São Leopoldo o agricultor Franz Phillipp Fülbert, nascido em 1810, e sua esposa Maria Katharine Borniger, nascida em 01/01/1814 na cidade alemã de Oberdiebach, na Renânia. Traziam os filhos Johann Heinrich, nascido em 1836, Phillipp Heinrich, nascido em 1841, e a pequena Maria, nascida em 1845.

Maria Katharine morreu em Pinhal Alto, em 19/11/1872, e consta que o casal teria tido pelo menos oito filhos. Johann Heinrich casou em 08/07/1860 com Anna Sophia Hepp, na Picada Café.

Phillipp Heinrich casou em 08/07/1860 com a também imigrante Phillippine Hennchen, nascida em 1843, na cidade de Niedereisenbach. Do casamento, realizado na cidade de Dois Irmãos, nasceram quatro filhos – dentre os quais Heinrich, em 18/05/1867.

Heinrich (Henrique), nascido em São Miguel de Dois Irmãos, casou em 06/07/1891 com Luiza Müller, de Lomba Grande. Conforme consta em seu processo de habilitação de casamento, Henrique era já órfão de pai ao casar, e sua mãe residia em local desconhecido. Foram morar em Santa Tecla, na localidade conhecida como Quebradente, 2º distrito de Gravataí. O casal teve os filhos Alfredo, Hilda (17/03/1894 – 15/09/1980) e Hedy, nascida em 27/10/1904. Com o desquite da filha Hedy, em 1939, o casal foi para São Leopoldo, residindo no casarão até falecerem: Luiza em 15/11/1946 e Henrique em 03/06/1954.

## Os Schilling



Figura 9 – A matriarca Catarina Augusta Schilling (primeira à direita) com alguns familiares.  
Fonte: AHS

Com a primeira leva de imigrantes alemães que vieram para o Brasil, em 1824, chegaram o Guarda Florestal Jacob Schilling e sua esposa Elisabeth Neumann Schilling, oriundos de Kreuznach, na Renânia. Com o casal, vieram os filhos Friedrich, Jacob, Johann (nascido em 1818), Carl e Wilhelm.

Na chegada do navio ao porto do Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I foi recebê-los pessoalmente, e convidou Jacob a permanecer no Rio e encarregar-se da guarda dos bosques imperiais da Tijuca, pois sabia que a profissão de guarda florestal era altamente qualificada na Alemanha, exigindo estudos especializados.

Em 1829, tendo Jacob morrido de febre amarela, a viúva veio com os filhos para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se na Fazenda São Borja, em São Leopoldo. Em 08/10/1831, já com 42 anos, Elisabeth casou com o adegueiro Michael Sartes, de 34 anos, nascido em Mayn Stockheim, junto a Würzburg, na Alemanha. Os filhos do primeiro casamento, à medida que cresciam, foram deixando a cidade.

Friedrich, o mais velho, nascido em 1809, era marceneiro e casou em Rio Pardo, em 22/07/1853, com Anna Catharina Esméria Oestreich. Anna nasceu por volta de 1830 em Torres, filha de Johan Carl Oestreich e Anna Catharina.

Jacob nasceu em 20/09/1815 e era também marceneiro. Casou em 24/12/1854, na cidade de Taquari, com Maria Louise Schreiner, ali nascida em 05/02/1833. Louise era filha de Johann Friedrich Christian Schreiner e Maria Madalena Müller, e o casal teve pelo menos cinco filhos.

Carl, nascido em 1819, casou com Margarida Cristina Bopp, batizada em Porto Alegre na data de 14/03/1837, filha de Johannes Bopp e Claudiana Anna de Jesus. Tiveram um filho, pelo menos.

Wilhelm, o mais jovem, era seleiro ou lombilheiro, nascido em 1821. Casou em São Leopoldo, em 07/10/1843, com Magdalena Catharina Gesellchen, nascida em Wassnach junto a Coblenz, e tiveram pelo menos oito filhos.

Johann, o terceiro filho do casal Jacob e Elisabeth, nascido em 29/01/1818, foi o único a permanecer em São Leopoldo até falecer. Era marceneiro de profissão, e casou com Catharina Justina Knobloch, em São Leopoldo, em 28/08/1847. Catharina nasceu em São Leopoldo, em 09/11/1829, filha de Phillip Peter Knobloch e Anna Maria Brück. O casal teve vários filhos, dentre os quais estava Ignatius Louis.

Ignácio Luiz, nascido em 05/11/1862, casou com Catharina Auguste Wetter, nascida na Lomba Grande em 10/03/1874, batizada a 25 de maio de 1874, pelos padrinhos Carl Leopold Voges e Catharina Müller. Catharina era a décima e última filha de Friedrich Wetter, e de sua esposa Margaretha, nascida Lindenmeyër, ambos de Lomba Grande.

O casal, que possuía um grande matadouro de porcos na então Rua do Barro Vermelho, teve os filhos Rodolfo Oscar, Urbano Leopoldo (09/06/1898-22/01/1954), os gêmeos João Ignácio e Francelino José (nascidos em 24/08/1900 e 25/08/1900), os também

gêmeos Alberto Leopoldo e Emilio Oscar (nascidos em 19/03/1903 e falecidos em 06/03/1965 e 18/10/1945), e ainda J.Olívía, Germano e Felipe Arnaldo (22/02/1915-17/04/1918). Ignácio faleceu em 23/05/1918, pouco depois da morte do caçula Felipe, e Catharina em 26/02/1943.

O gêmeo Francelino José, que curiosamente nasceu um dia após seu irmão João Ignácio, casou com Emma Rieth Schilling (16/06/1901-10/08/1985) e morreu em 28/01/1983. A única filha do casal Ignácio e Catharina, Olívía, nasceu em 26/05/1908 e morreu em 18/12/1990, tendo sido casada com José Egon Hauschild (18/10/1901-1965) e Hermann Heinicke (23/03/1902-21/07/1985).

Dos outros gêmeos, Alberto Leopoldo era comerciante, casado com Elly Schilling, e morava em Porto Alegre. Emilio Oscar era curtidor, casado com Emma Schilling, e residia no 6º distrito de São Leopoldo (Santa Maria do Herval).

Em 12 de maio de 1923, João Ignácio Luiz Schilling casou-se com Hedy Müller Fülber, nascida em 27/10/1904, em Santa Tecla, na localidade conhecida como Quebradente, município de Gravataí. O casal teve os filhos Lordy Lyra, nascida em 27/04/1924, e Telmo Ignácio, nascido em 12/09/1927. Em 20/08/1925, João Ignácio e Hedy compraram a casa e o respectivo terreno de Catharina Augusta Schilling e seus filhos, a quem couberam por ocasião da morte de Ignácio, em 1918. O casamento desfez-se em 17/02/1939, por meio de desquite amigável, e o casarão da já Avenida João Correa coube a Hedy, que ali permaneceu morando com os filhos. Contudo, as atividades do armazém e do matadouro logo foram encerradas.

Mais tarde, Hedy passou a viver com José Egon Hauschild, e no local passou a funcionar a Fábrica de Calçados Defesa, mantendo sua produção até a morte de Hauschild, em 1964. A área reservada a moradia permaneceu em uso pela família, mas a parte fronteira passou a ser alugada para fins comerciais.

Após o desquite, João Ignácio casou com Tomazia Maria de Mello, e da união nasceram os filhos Remy José de Mello Schilling, em 28/10/1940, e Ereny José de Mello Schilling, em 26/01/1943. João faleceu em São Leopoldo, em 22/06/1959, e Tomazia em 19/10/1969.

## APÊNDICE B - Cronologia da vida de Hedy Fülber Schilling



Figura 10 – Hedy Schilling em frente à casa da Av. João Correa (ca.1935)  
Fonte: AHS

### 1904

Em 27 de outubro, Hedy Fülber Schilling nasceu na localidade denominada Quebradente, no distrito de Santa Tecla, então Município de São Leopoldo, e hoje pertencente a Gravataí/RS. Era filha de Henrique e Luisa Fülber, casados em 06/07/1891.

### **1923**

Em Lomba Grande, então distrito de São Leopoldo, Hedy conheceu João Ignácio Schilling, nascido naquela localidade em 24/08/1900. Casaram em São Leopoldo, em 12 de maio de 1923, onde fixaram residência..

### **1924**

Em 27 de abril, nasceu a primeira filha do casal, a quem chamaram Lordy Lyra, em homenagem à madrinha.

### **1925**

João Ignácio e Hedy, em 20 de agosto, compraram a casa e o respectivo terreno de Catharina Augusta Schilling e seus filhos, herdados com a morte do pai de João Ignácio, em 1918, estabelecendo-se com o comércio de secos e molhados e o matadouro.

### **1927**

Nasce Telmo Ignácio, seu segundo filho, em 12 de setembro.

### **1938**

João Ignácio outorga escritura pública de autorização para comerciar à esposa Hedy, em 19 de maio.

### **1939**

O desquite amigável é assinado em 17 de fevereiro, ficando ela com a posse da residência do casal e ele com o comércio, que passou a funcionar em outro local, e os filhos ficam residindo com Hedy.

### **1940**

Os pais de Hedy vendem as terras que possuíam no Quebradente e passam a residir com a filha e os netos no casarão da Avenida João Correa.

### **1945**

Em 02 de agosto é emitida Certidão do Registro de Imóveis referente a quitação de hipoteca que recaía sobre o imóvel residencial de Hedy.

### **1951**

O imóvel de residência da titular é objeto de escritura de empréstimo com garantia hipotecária, em 30 de maio.

### **1954**

A hipoteca é saldada, sendo emitida, em 22 de março, a respectiva escritura de quitação de hipoteca.

### **1973**

Em 08 de outubro é vendida uma parte do terreno.

**1981**

É vendida outra parte do terreno, em setembro, com um antigo prédio de alvenaria onde antigamente funcionava o matadouro.

**1988**

Venda da casa

**1991**

Após ser vendido para a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, o prédio residencial é demolido para dar lugar à ampliação da escola municipal que ocupava o terreno vizinho.

**1992**

Hedy faleceu em São Leopoldo, em 26 de novembro.

## APÊNDICE C - Quadro de Arranjo

	SÉRIE	SUB-SÉRIE	QUANTIDADE
TEXTUAIS	COMPLEMENTARES		05
	CORRESPONDÊNCIA	Cartas	04
		Postais	42
		Cartões	48
		Convites	06
	DOCUMENTOS PESSOAIS	Próprios	05
		De terceiros	08
	DIVERSOS		15
	IMPOSTO DE RENDA	Declaração	13
		Comprobatórios	18
	PATRIMÔNIO	Imóveis	19
		Veículos	01
	SAUDE	Receitas médicas	20
		Recibos médicos	03
Exames laboratoriais		03	
TOTAL		204	
FOTOGRAFICOS	FOTOGRAFIA	Família	
		Filhos	
		Grupos (família/amigos)	
		Negativos	
		Paisagem urbana	
		Passeios	
		Postais	
		Retratos	
	TOTAL		

## APÊNDICE D - Inventário do Arquivo Hedy Schilling

<b>SÉRIE PATRIMÔNIO</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/PAT/01	Escritura de compra e venda do imóvel da Avenida João Correa, nº 258	20/08/1925	03
HS/PAT/02	Escritura de compra e venda do imóvel da Avenida São Borja.	27/09/1926	03
HS/PAT/03	Registro de imóveis, averbação do formal de partilha de desquite.	24/04/1939	04
HS/PAT/04	Certidão do inventário de Ignácio Schilling	26/09/1939	02
HS/PAT/05	Formal de partilha por morte de Ignácio Luiz Schilling.	21/9/1939	
HS/PAT/06	Certidão de pagamento de legítima.	26/09/1939	
HS/PAT/07	Certidão do Registro de Imóveis referente a quitação de hipoteca	02/08/1945	01
HS/PAT/08	Escritura de empréstimo com garantia hipotecaria.	30/5/1951	07
HS/PAT/09	Traslado de Escritura de empréstimo com garantia hipotecaria	30/5/1951	02
HS/PAT/10	Certidão do Registro de Imóveis referente à Escritura de empréstimo com garantia hipotecaria	11/6/1951	02
HS/PAT/11	Escritura de quitação de hipoteca	22/03/1956	05
HS/PAT/12	Planta de uns terrenos pertencentes à Sra. Hedy Fülber Schilling	sem data	01
HS/PAT/13	Guia de recolhimento de Imposto sobre a Propriedade Predial, referente ao 1º semestre de 1972	01/02/1972	01
HS/PAT/14	Cadastro imobiliário – Diretoria da Fazenda da Prefeitura Municipal de São Leopoldo.	sem data	01
HS/PAT/15	Comprovantes de pagamento do IPTU, referente ao imóvel localizado na rua Felipe Matte, 669	12/12/1940	01
HS/PAT/16	Contrato de compra e venda de um prédio de alvenaria na rua Ernesto Silva	09/1981	07
HS/PAT/17	Ação de consignação de pagamento referente aluguel da av. João Correia, 258	05/10/1989	04
HS/PAT/18	Certidão do Registro de Imóveis ref. Aquisição do imóvel decorrente do desquite	26/03/1982	03
HS/PAT/19	Contrato de compra e venda de um terreno na rua Ernesto Silva	08/10/1973	01
<b>SÉRIE DOCUMENTOS PESSOAIS</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>

HS/DOP/01	Certidão de casamento Hedy e João Ignácio, em Lomba Grande	12/05/1923	02
HS/DOP/02	Escritura publica de autorização para comerciar, outorgada por João Ignácio à esposa Hedy Schilling	19/5/1938	04
HS/DOP/03	Certidão do 3º Ofício Judicial referente a autos de desquite amigável.	15/06/1978	01
HS/DOP/04	Carteira de identidade	05/07/1978	01
HS/DOP/05	Carteira de beneficiária da Fundação de Seguridade Social	30/06/1993	01

**SÉRIE DOCUMENTOS PESSOAIS DE TERCEIROS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/DPT/01	Carteira de conductor de José Egon Hauschild	16/01/1934	01
HS/DPT/02	Título de eleitor de Henrique Fülber	29/03/1935	01
HS/DPT/03	Carteira Sanitária emitida pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, em nome de Frederico Afonso Beck, referente uma padaria em Santa Tecla	13/07/1943 a 08/05/1946	01
HS/DPT/04	Carteira de sócio da Sociedade Ginástica de São Leopoldo, emitida em nome de José Egon Hauschild	06/05/1944	01
HS/DPT/05	Carteira de Aposentado em nome de Frederico Afonso Beck, emitida pelo IAPC	04/12/1950	01
HS/DPT/06	Título de Eleitor em nome de Frederico Afonso Beck	20/03/1958	01
HS/DPT/07	Caderneta de membro da Comunidade Evangélica de Esteio, em nome de Frederico Afonso Beck	1959	01
HS/DPT/08	Carteira de beneficiário do INPS, de Hilda Fülber Beck	1972	01

**SÉRIE IMPOSTO DE RENDA**

<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/IRF/01	Declarações do Imposto de Renda, com respectivos documentos comprobatórios	1968	05
HS/IRF/02	Idem	1969	06
HS/IRF/03	Idem	1971	06
HS/IRF/04	Idem	1972	05
HS/IRF/05	Idem	1973	04
HS/IRF/06	Idem	1974	03
HS/IRF/07	Idem	1976	04
HS/IRF/08	Idem	1978	03
HS/IRF/09	Idem	1979	03
HS/IRF/10	Idem	1980	09

HS/IRF/11	Idem	1981	06
HS/IRF/12	Idem	1982	06
HS/IRF/13	Idem	1983	10
HS/IRF/14	Idem	1986	10
HS/IRF/15	Idem	1987	08
<b>SÉRIE SAÚDE</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>QUANT.</b>
HS/SAU/01	Receitas médicas	1975 a 1987	20
HS/SAU/02	Recibos médicos	1987	03
HS/SAU/03	Exames laboratoriais	1984 a 1987	03
<b>SÉRIE DIVERSOS</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/DIV/01	Bônus de guerra		01
HS/DIV/02	Caderno de anotações de corte e costura, com moldes em papel e recortes de jornais	Sem data	01
HS/DIV/03	Atestado de Notas escolares emitido pelo Colégio São José, em nome da filha	1933 a 1937	11
HS/DIV/04	Recorte de jornal (Progresso), referente a notas sociais	??/08/1946	01
HS/DIV/05	Recibo de licença para construir quadro e cruz sobre terrenos no Cemitério Municipal, emitido pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo, em nome de Henrique Fülber	1948	01
<b>SÉRIE CORRESPONDÊNCIA</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/COR/01	Cartas recebidas	1943 a 1962	04
HS/COR/02	Cartões postais	1915 a 1989	42
HS/COR/03	Cartões de aniversário, Dia das Mães, Natal, etc	1937 a 1989	48
HS/COR/04	Convites recebidos (casamentos, aniversários, etc)	1970 a 1990	06
<b>SÉRIE COMPLEMENTARES</b>			
<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/COM/01	Atestado de óbito	1992	01
HS/COM/02	Recibos de despesas hospitalares	1992	02
HS/COM/03	Despesas com funeral	1992	01

**SÉRIE FOTOGRAFIAS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>DATA</b>	<b>Nº. DE FOLHAS</b>
HS/FOT/01	Família	1898-1992	-
HS/FOT/02	Filhos	1898-1992	-
HS/FOT/03	Grupos (família/amigos)	1898-1992	-
HS/FOT/04	Negativos	1898-1992	-
HS/FOT/05	Paisagem urbana	1898-1992	-
HS/FOT/06	Passeios	1898-1992	-
HS/FOT/07	Postais	1898-1992	-
HS/FOT/08	Retratos	1898-1992	-

## APÊNDICE E - Ficha Técnica do Arquivo Hedy Fülber Schilling

1. **Nome:** Arquivo Hedy Fülber Schilling
2. **Sigla:** AHS
3. **Responsável pela custódia:** Família Osório
4. **Data de doação:** 01/06/2008.
5. **Período coberto pela documentação:** 1911 a 1992.
6. **Estado geral de conservação dos documentos:** bom
7. **Espécie e quantidade de documentos:**

ESPECIE	QUANTIDADE
DOCUMENTOS TEXTUAIS - manuscritos e datilografados ..... - recortes de jornais ..... .....	<b>259</b> <b>01</b>
DOCUMENTOS IMPRESSOS - plantas ..... .....	<b>01</b>
DOCUMENTOS VISUAIS - fotografias ..... ..... - álbuns fotográficos ..... - negativos ..... - postais .....	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	

### 8. Dados biográficos

Hedy Fülber Schilling nasceu na localidade de Quebradente, no distrito de Santa Tecla, hoje pertencente ao município de Gravataí, em 27 de outubro de 1904. Terceira filha do casal Henrique e Luisa, por muito tempo dedicou-se ao trabalho na lavoura, voltada ao cultivo de milho, feijão e mandioca. Já adolescente, com a aquisição de uma atafona por seus

pais, abandonou a dura labuta agrícola, passando a ajudar na produção de produtos derivados da mandioca.

Fez seus estudos primários em escola na Lomba Grande, então distrito de São Leopoldo e ponto de reunião dominical entre os descendentes de alemães, já que ali se encontrava a Igreja Evangélica e o salão de baile. Foi em um desses bailes que Hedy conheceu João Ignácio Schilling, que saíra da Lomba Grande com a família para o novo bairro leopoldense de Morro do Espelho. Os Schillings eram já prósperos comerciantes, com pelo menos três comércios diferentes: dois armazéns de secos e molhados (um no Morro do Espelho e outro no centro de São Leopoldo), um matadouro de porcos e outro comércio de arreios para cavalos.

Hedy e João casaram em 12/05/1923 e foram residir em uma grande construção multifamiliar pertencente a família Schilling, no grande lote adquirido quando do lançamento do bairro Morro do Espelho. Com a morte do patriarca Ignácio Schilling, em 1925 João Ignácio e Hedy adquiriram dos irmãos e da viúva o armazém e o matadouro, bem como a residência localizada na Avenida João Correa ( então Estrada Geral da Lomba Grande).

## **9. Organização do arquivo**

O quadro de arranjo foi estabelecido a partir da determinação de séries, num total de sete, seguindo a ordem com que era mantido pela titular. Algumas séries foram subdividas para uma melhor organização, e outras foram criadas quando do tratamento técnico, como a série Complementares, por exemplo. Houve a necessidade de serem estabelecidas séries por espécie, como a série Documentos Pessoais e a série Correspondência, e outras temáticas, como Imposto de Renda, Patrimônio e Diversos.

## ANEXO A - Bônus de Guerra

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



VALOR NOMINAL **Cr\$ 100,00** **1.931,602** JURO ANUAL **Cr\$ 6,00**

DECRETO-LEI N. 4.789, DE 5 DE OUTUBRO DE 1942

JUROS DE 6% AO ANO

O portador desta OBRIGAÇÃO DE GUERRA, do valor nominal de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) receberá na Caixa de Amortização ou nas Delegacias Fiscais nos Estados, o juro anual de seis cruzeiros (Cr\$ 6,00) pago, por semestres vencidos, em março e setembro de cada ano, à vista dos respectivos cupões, nos termos do art. 1.º do decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

O Ministro da Fazenda  
*A. de Sá Costa*

Da Junta Adm. da Cz. de Amort. *[Signature]* Diretor da Cz. de Amort. *[Signature]*

Casa da Moeda — Rio

## ANEXO B - Fotografias do Arquivo Hedy Schilling



Figura 11 – Hedy e filhos



Figura 12 – Hedy e netos



Figura 13 – Hedy e bisnetos

Na primeira foto da página anterior, à esquerda, Hedy Schilling aparece com seus dois filhos, com evidências de que outra pessoa estaria originalmente ali retratada mas foi posteriormente recortada. Na segunda foto, posa com seus netos mais velhos. Na terceira foto, tirada em seu aniversário de oitenta anos, aparece com os bisnetos.



Figura 14 – Hedy a cavalo



Figura 15 – A filha Lordy

Em frente à entrada da ala residencial, aparecem Hedy Schilling (à esquerda) e sua filha Lordy (à direita).

## **ANEXO C - Lei Municipal Nº 3.811, de 28/12/1992**

### **Objeto**

Dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Cultural do Município de São Leopoldo, e reorganiza o Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de São Leopoldo.

### **Conteúdo**

LEI MUNICIPAL Nº 3.811, DE 28/12/1992

Dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Cultural do Município de São Leopoldo, e reorganiza o Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de São Leopoldo.

OLÍMPIO SÉRGIO ALBRECHT, Prefeito Municipal de São Leopoldo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico Municipal, denominado de agora em diante de Patrimônio Cultural de São Leopoldo, os bens móveis e imóveis, nacionais e estrangeiros tombados, pertencentes ao domínio público ou privado, localizado dentro dos limites do Município e cuja preservação seja de interesse público em virtude de:

- a) sua vinculação a fatos passados e atuais, memoráveis ou significativos à história do Município, da Região, do Estado e da Nação;
- b) seu valor Arqueológico, Ecológico e Natural, Artístico, Paisagístico, Arquitetônico e Etnográfico;
- c) seu testemunho quanto a forma original de implantação do sítio urbano considerando sua inserção ou não em um conjunto;
- d) sua técnica característica, que identifique períodos, grupos sociais expressivos no contexto Municipal, Regional, Estadual ou Nacional.

Art. 2º - Excluem-se do Patrimônio Cultural do Município de São Leopoldo os bens móveis de origem estrangeira que:

- a) pertençam a casas de comércio de objetos de arte e antigüidade, e que não digam respeito a fatos ou pessoas vinculadas a História Municipal, Regional, Estadual ou Nacional;
- b) sejam trazidos para exposição temporárias de qualquer natureza, os quais deverão ter guias de licença para livre trânsito, fornecidas pela Prefeitura de São Leopoldo ou por seu órgão competente.

Art. 3º - Reorganiza-se o Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de São Leopoldo, de agora em diante denominado de Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Leopoldo - COMPAC - como Órgão Governamental, de caráter consultivo, a integrar a estrutura do Poder Executivo Municipal e que tem como objetivo auxiliar na orientação, planejamento, interpretação e julgamento do que interessar ao Patrimônio Cultural de São Leopoldo.

Art. 4º - O COMPAC será composto, por:

- a) Secretário Municipal de Planejamento;
- b) Um representante da SEMEC;
- c) Um representante da Docência da Unisinos;
- d) Um representante do Instituto Histórico de São Leopoldo;
- e) Um representante do CREA - Inspeção de São Leopoldo;
- f) Um representante da OAB;
- g) Um representante por partido com representação na Câmara Municipal.

§ 1º - Os componentes indicados pelos órgãos representados deverão possuir afinidade, conhecimento e interesse pelos assuntos concernentes ao Conselho, assim como seus suplentes.

§ 2º - Os membros do Conselho deverão ter no mínimo, sessenta por cento (60%) de frequência das reuniões realizadas durante o ano.

§ 3º - O Conselho, pela maioria de seus membros, poderá solicitar ao Prefeito Municipal a substituição de qualquer integrante, quando este demonstra desinteresse ou venha dificultar o trabalho específico do Conselho.

Art. 5º - O COMPAC no cumprimento de seus objetivos, será órgão encarregado de examinar e exarar parecer sobre:

- a) a inscrição de bens em listagens, inventários e livro tombo;
- b) a restauração ou reforma em bens que constituem o Patrimônio Cultural de São Leopoldo;
- c) a notificação e instrução do proprietário ou possuidor do bem considerado Patrimônio Cultural;
- d) a construção de prédios na vizinhança e a exibição de publicidade que impeçam ou reduzam a visibilidade e afetem a ambientação do(s) bem(s) considerado(s) Patrimônio Cultural;
- e) a proposição de soluções para casos omissos, dúvidas de interpretação, a atualização do Plano Diretor e modificações ou adaptações de Lei referentes a casos do Patrimônio Cultural.

Art. 6º - O COMPAC se reunirá com o mínimo de quatro (4) membros, semanalmente ou

extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou requerido por cinco (5) membros.

§ 1º - As reuniões do COMPAC serão presididas pelo Presidente escolhido anualmente entre os presentes;

§ 2º - Um funcionário ou estagiário, recrutado na Secretaria Municipal do Planejamento e sem direito a voto, secretariará as reuniões do COMPAC.

Art. 7º - A renovação dos membros do Conselho será a cada dois (2) anos.

Parágrafo único - Poderá o membro ser reconduzido caso o órgão que representa assim determinar, desde que o mesmo tenha observado o art. 4º, parágrafo 1º e 2º.

Art. 8º - O Poder Executivo, no cumprimento do art. 249 da Lei Orgânica Municipal:

- a) instituirá os órgãos necessários à execução dos serviços de que trata a presente Lei, estabelecendo-lhes a estrutura e atribuições e disciplinando-lhes o funcionamento;
- b) promoverá a celebração de Convênios ou Consultas com órgãos e entidades afins, objetivando ação comum relativamente à matéria versada na presente Lei.

Art. 9º - Os proprietários, possuidores ou administradores de bens que, em razão das disposições da presente Lei, forem formalmente reconhecidos como integrantes do Patrimônio Cultural de São Leopoldo, mantê-los-ão íntegros, zelarão por sua conservação e facilitarão aos agentes da autoridade a sua inspeção, sob pena de multa de 10% a 100% do valor do bem, a critério do COMPAC.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão pela Secretaria do Planejamento.

Art. 11 - Aplicam-se, suplementarmente no que couber aos bens integrantes ao Patrimônio Cultural de São Leopoldo, as disposições de Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial a Lei Municipal nº 3021 de 31 de dezembro de 1985.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 28 de dezembro de 1992.

FONTE

<http://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/index.php?pg=tmpl.leis&id=29&l=3631>, acesso em 01/03/2009